



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO DE SUSTENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI:
MÉTODO E PROCESSO PARTICIPATIVO
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
P15

SÃO PAULO
DEZEMBRO 2022



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PARTE I. METODOLOGIA DO TRABALHO	5
1. CRITÉRIOS GERAIS QUE ESTRUTURAM A METODOLOGIA ADOTADA	6
1.1. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E PROCEDIMENTOS GERAIS	7
2. REPOSITÓRIO DE DADOS	10
3. ORDENAMENTO TERRITORIAL	15
3.1. DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL	16
3.2. ETAPAS DO ESTUDO RELATIVO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL	17
3.3. PERCURSO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS ADOTADOS	18
3.4. CRITÉRIOS GERAIS PARA OS MAPEAMENTOS	20
3.5. CRITÉRIOS PARA O MAPEAMENTO DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS	20
3.6. SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	21
3.7. CONSTRUÇÃO DO MACROZONEAMENTO REGIONAL	22
3.8. MAPA DO MACROZONEAMENTO REGIONAL PRELIMINAR DA UR	23
3.8.1. ETAPA DE LEVANTAMENTO	23
3.8.2. ETAPA DE ANÁLISE – LEITURA UNIFICADA DOS MACROZONEAMENTOS MUNICIPAIS	24
3.8.3. ETAPA DE PROPOSIÇÃO	26
3.8.4. MAPA PRELIMINAR DE MACROZONEAMENTO REGIONAL DA UR	28
3.8.5. MAPA FINAL DO MACROZONEAMENTO REGIONAL	29
4. PANORAMA REGIONAL	31
4.1. FPICS E ÁREAS TEMÁTICAS ESTRATÉGICAS	31
4.1.1. ESTRUTURAÇÃO URBANA, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E REDE DE CENTRALIDADES	32
4.1.2. VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL, POLÍTICA HABITACIONAL E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	33
4.1.3. MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA	34
4.1.4. DINÂMICA ECONÔMICA	34
4.1.5. DINÂMICA AMBIENTAL	35
4.1.6. INFRAESTRUTURA URBANA	36
4.1.7. GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA REGIONAL	36
5.1. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO	37
5.2. ESTRUTURA DA ANÁLISE	39
5.2.1. ÁREAS TRANSVERSAIS	39
5.3. MAPAS-SÍNTESE E QUESTÕES ORIENTADORAS	41
6. CADERNO DE PROPOSTAS	47
6.1. CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS	47
6.2. CADERNO FINAL DE PROPOSTAS	47
6.2.1. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE PROPOSTAS ORIUNDAS DO PROCESSO PARTICIPATIVO	48
PARTE II. PROCESSO PARTICIPATIVO	
1. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO PARA VIABILIZAR O PDUI	52
2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO	53

2.1. PLATAFORMA DIGITAL.....	53
2.2. OFICINAS REGIONAIS.....	54
2.2.1. BALANÇO DA PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS REGIONAIS	54
2.2.2. ROTEIRO E PAUTA TEMÁTICA DAS OFICINAS REGIONAIS	55
2.2.3. PAUTA TEMÁTICA PARA APRESENTAÇÃO DO PANORAMA REGIONAL NAS OFICINAS REGIONAIS.....	55
2.2.4. ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS REGIONAIS	55
2.2.5. DOCUMENTOS PRODUZIDOS NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO:	56
2.2.6. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	56
2.2.7. CALENDÁRIO DAS OFICINAS REGIONAIS.....	57
2.3. GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS – 1ª RODADA DE DISCUSSÕES	58
2.3.1. DOCUMENTO PRODUZIDO NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	60
2.3.2. CALENDÁRIO DOS GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS	61
2.3.3. GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS – PRESENCAS NA 1ª RODADA DE DEBATES	61
2.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	62
2.4.1. CALENDÁRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	63
2.4.2. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PRESENCIAIS E VIRTUAIS.....	63
2.4.3. DOCUMENTOS PRODUZIDOS NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	64
2.5. CÂMARAS TEMÁTICAS.....	64
2.5.1. DOCUMENTOS PRODUZIDOS NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	65
2.6. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	65
2.7. DOCUMENTOS PRODUZIDOS DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO	66
ANEXOS	
ANEXO 1. PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO, SEGUNDO O ESTATUTO DA METRÓPOLE	68
ANEXO 2. CORRESPONDÊNCIA DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA OS PREFEITOS.....	70
ANEXO 3. CORRESPONDÊNCIA DO COORDENADOR GERAL DO PROJETO FIPE/SDR PARA OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.....	71
ANEXO 4. CORRESPONDÊNCIA DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA OS PREFEITOS – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	72
ANEXO 5. CORRESPONDÊNCIA DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	73
ANEXO 6. CORRESPONDÊNCIA DO COORDENADOR GERAL DO PROJETO FIPE/SDR PARA O PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	74
EQUIPE TÉCNICA.....	76

APRESENTAÇÃO

Após cinco meses de trabalho, a construção compartilhada, de forma democrática, do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDUI-RMSJRP) chega ao final com a entrega deste **Produto 15 – Caderno de Sustentação ao Projeto de Lei: Método e Processo Participativo**.

Ao longo desse tempo, a equipe técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), composta por pesquisadores e consultores, se dedicou exaustivamente ao levantamento de dados e informações provenientes de diversas fontes, seguido de análises e leituras minuciosas sobre a Unidade Regional em estudo.

Dessa forma, foi concluído o PDUI-RMSJRP contratado pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR), cumprindo todas as exigências estabelecidas pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), assim como as previstas no plano de trabalho apresentado pela Fipe à SDR, decorrente do termo de referência derivado do contrato SDR/Fipe.

Sendo o PDUI o principal instrumento para a construção da governança interfederativa, abre-se, enfim, uma nova perspectiva para os planejamentos regional e metropolitano, possibilitando o desenvolvimento com sustentabilidade e o bem-estar das pessoas que vivem em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Importante ressaltar que, na estruturação da política de desenvolvimento regional, a governança interfederativa apresenta-se como um eixo central do Estatuto da Metrópole, na medida em que estabelece princípios e instrumentos visando ao compartilhamento de responsabilidades e à interação entre União, Estados e Municípios (artigo 2º, inciso IV).

Nesse contexto, este Caderno de Sustentação apresenta, na primeira parte, a metodologia utilizada no processo de trabalho para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, enfatizando, na segunda parte, as diferentes etapas do processo participativo, que envolveu, em diversos momentos, os poderes públicos estadual e municipais e a sociedade civil.

Assim, a sistematização do método recupera, nos diferentes documentos produzidos ao longo do trabalho, a metodologia definida para cada etapa, que contou com o apoio técnico e logístico da Fipe em sua elaboração: da montagem do repositório de dados, passando pelo ordenamento territorial, pelo panorama regional e diagnóstico, até a estruturação do Caderno Final de Propostas.

A segunda parte deste Caderno relata as etapas do processo participativo e de análise das propostas recebidas tanto do poder público como da sociedade civil. Apresenta os mecanismos de participação, negociação e pactuação para viabilizar o PDUI; descreve a organização do processo participativo, com os instrumentos e documentos produzidos e disponibilizados para facilitar e ampliar a participação; os diferentes segmentos mobilizados; e os resultados alcançados. Em suma, aqui estão consolidados os conteúdos metodológicos e etapas do processo participativo produzidos no âmbito do projeto, destacando a linha de trabalho adotada pela equipe técnica e o teor das contribuições e propostas recebidas ao longo da consulta popular, considerando a construção democrática do PDUI.

A etapa final do processo de construção do PDUI é a elaboração da minuta do projeto de lei – com o macrozoneamento e as propostas estruturadas relativas às funções públicas de interesse comum – acompanhada de dois cadernos de subsídios: o Caderno de Diagnóstico e o Caderno de Método e Processo Participativo. Estes, juntamente com o Caderno Final de Propostas, constituem as bases técnicas que devem fundamentar a lei do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

PARTE I.
METODOLOGIA DO TRABALHO

1. CRITÉRIOS GERAIS QUE ESTRUTURAM A METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia adotada considerou o PDUI um instrumento de planejamento e gestão nos termos expressos no Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015). A organização do modelo federativo, baseada na divisão dos três entes – União, Estado e Município –, se impõe para garantir o desenvolvimento com formas cooperativas na implementação dos serviços e ações de interesse comum e para viabilizar recursos financeiros para implementação das proposições do PDUI.

Como método geral de trabalho, buscou-se: a articulação de temas, questões e encaminhamentos; a correspondência entre concepção e implementação; a relação entre as instâncias dos governos estadual e municipais e seus respectivos papéis; além da inserção das contribuições e dos resultados do processo de participação social na formulação das diretrizes e propostas do PDUI.

A metodologia de trabalho foi aplicada no estudo das cinco unidades regionais paulistas entre 2021 e 2022: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, Região Metropolitana de Piracicaba, Região Metropolitana de Jundiaí e Aglomeração Urbana de Franca, que contam com o apoio técnico e logístico da Fipe na elaboração dos respectivos PDUIs, sendo novamente adotada para o estudo da Região Metropolitana de São José do Rio Preto.

Para enfrentar a complexidade e a diversidade de conteúdos e tarefas pertinentes à formulação dos planos, foram definidas distintas categorias de estudos: estudos analíticos, relatórios descritivos e documentos orientadores e propositivos, que dão sustentação ao projeto de lei do PDUI.

Os estudos analíticos, no caso do Ordenamento Territorial e do Panorama Regional, propiciaram abordagens integradas e articularam, na sua elaboração, diferentes áreas temáticas, contemplando as dimensões físico-territoriais, socioeconômicas e os condicionantes legais. O Diagnóstico Metropolitano, por sua vez, foi uma etapa instrumental e analítica, simultaneamente, e reuniu em um documento-síntese os elementos necessários para o reconhecimento qualificado de cada Unidade Regional. Foi elaborado a partir da análise transversal das questões que emergiram no processo de leitura do ordenamento do território, este dedicado ao mapeamento e à interpretação das macrozonas, zonas e instrumentos urbanísticos municipais – e das temáticas observadas no panorama regional.

Para atingir seu objetivo, a elaboração do diagnóstico teve um direcionamento metodológico que derivou da própria natureza dos PDUIs, em razão da forma como esses planos foram equacionados no sistema de planejamento metropolitano e como dialogam com os conceitos fundamentais do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

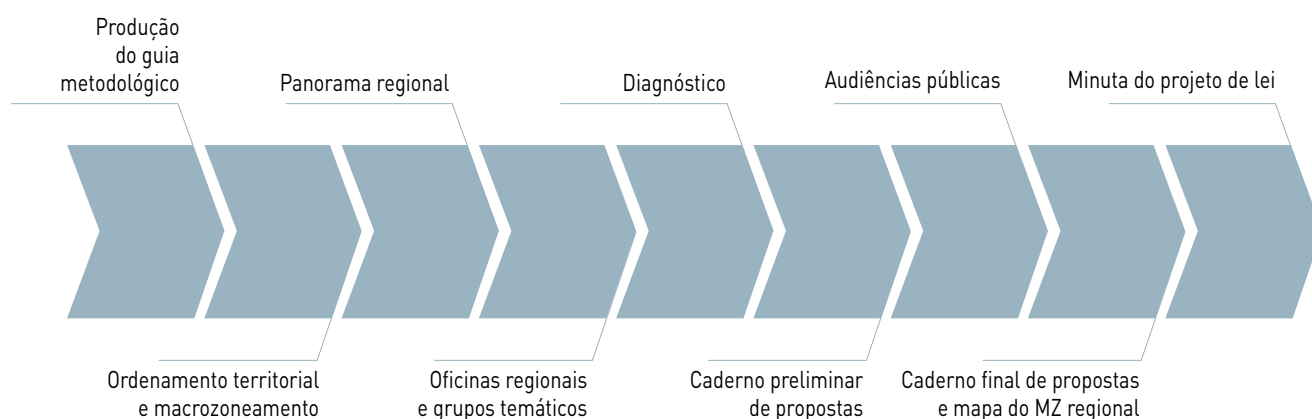
O Prognóstico Metropolitano foi a etapa subsequente, relacionada já com o processo participativo, quando se compartilharam e ampliaram os estudos técnicos com sugestões e consensos advindos dos interesses de diferentes agentes e da sociedade. Os resultados, compilados nos Relatórios Descritivos (P6, P8, P9, P11 e P12)¹ do referido processo, sistematizaram e consolidaram as contribuições recebidas por ocasião das oficinas regionais, das audiências públicas e dos grupos de trabalho junto às secretarias estaduais.

¹ P6-Sistematização dos resultados das oficinas regionais; P8-Sistematização dos resultados dos grupos de trabalho (GTs); P9-Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas; P11-Sistematização dos resultados das audiências públicas e P12-Relatório de encaminhamento e aproveitamento das contribuições.

O processo de construção do PDUI tem como etapa final a elaboração da *minuta do Projeto de lei do PDUI* – com o macrozoneamento e as propostas estruturadas relativas às funções públicas de interesse comum – acompanhada de dois cadernos de subsídios: o *Caderno de Diagnóstico* e o presente *Caderno de Método e Processo Participativo*, lembrando que os dois cadernos mencionados, juntamente com o Caderno Final de Propostas (P13), constituem as bases técnicas que devem fundamentar a lei do PDUI.

A sequência da produção técnica em suas diferentes etapas pode ser observada na **Figura 1**, a seguir:

FIGURA 1. **PRODUÇÃO TÉCNICA PASSO A PASSO**



1.1. Organização do processo de trabalho e procedimentos gerais

O processo de trabalho começou com a estruturação das informações e do extenso conjunto de dados que subsidiaram a prospecção e as análises sobre os territórios em um repositório de dados do projeto, orientado para dar suporte à construção do PDUI e seus 15 produtos. Essa base de dados estruturou-se em áreas temáticas e áreas transversais, cuja definição buscou abranger a totalidade das diferentes vertentes analíticas necessárias, em suas dimensões físico-territorial, socioeconômica e os condicionantes legais. A construção e a organização dos dados evoluíram ao longo das diversas fases do processo de trabalho, e sua versão consolidada configura parte do conjunto de entregas do PDUI, na forma de um **repositório de dados do projeto**².

A organização inicial se divide em dois momentos. Primeiro, foram estruturadas as *áreas temáticas*, responsáveis por organizar o levantamento e a prospecção de dados, bem como por sistematizar as leituras do ordenamento do território e do panorama regional.

Na sequência, a interpretação e a análise cruzada dessas *áreas temáticas* deram origem às *áreas transversais*, com caráter transdisciplinar, que buscam uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais. Elas reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano das unidades regionais – em suma, são responsáveis por nortear a identificação de problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais no PDUI.

² Ver estrutura do repositório de dados do PDUI no Produto 13, Parte III, item 7.3.

Tanto as áreas temáticas quanto as áreas transversais constituíram estratégias instrumentais e analíticas para reconhecimento do território da UR objeto de estudo para formulação do PDUI.

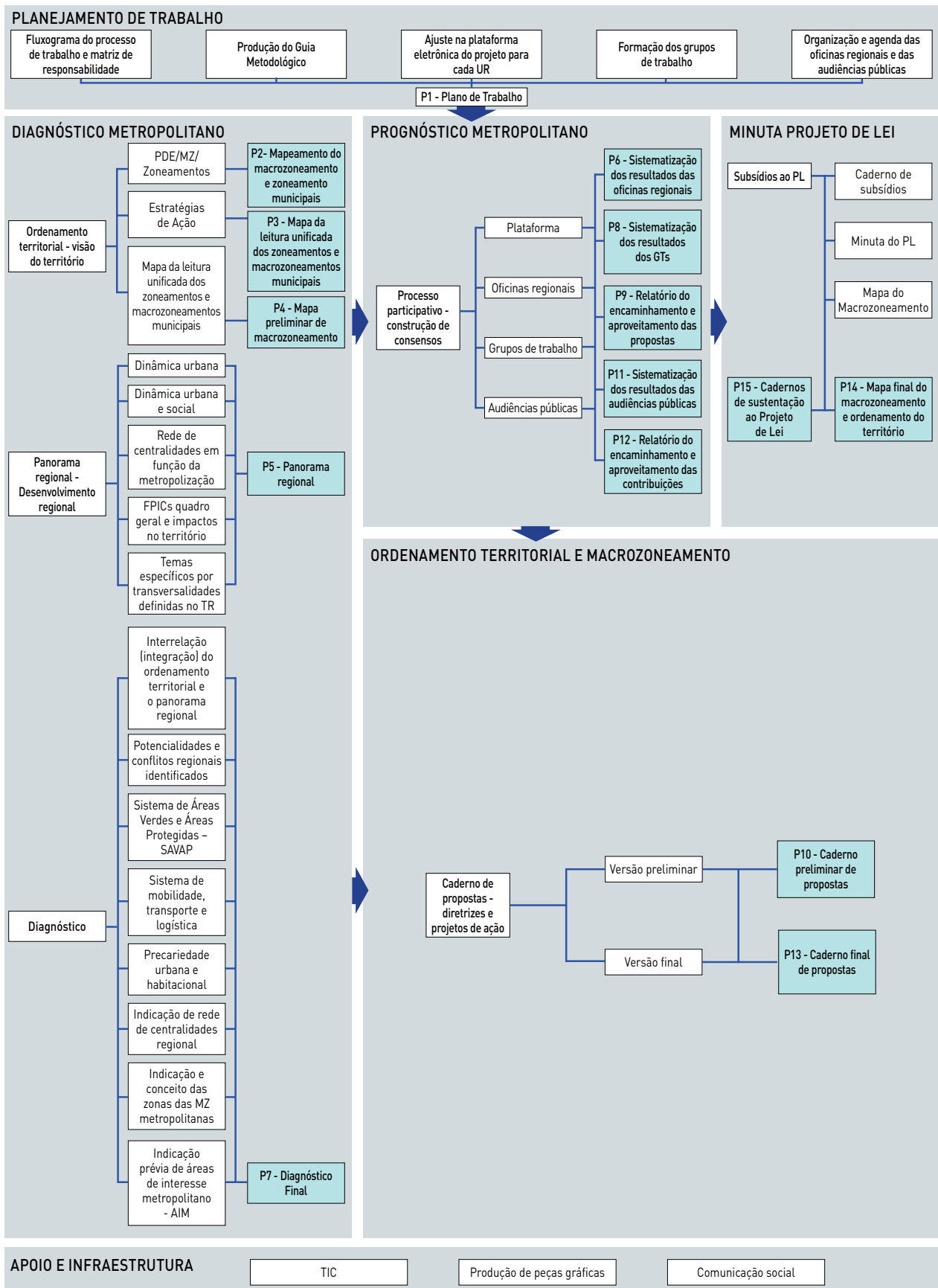
O elenco de sete **áreas temáticas** organizou a prospecção de dados, os levantamentos e mapas temáticos correspondentes, imprescindíveis para o reconhecimento dos territórios de cada UR, assim como para a adequação de sua plataforma digital, disponibilizada para consulta da sociedade. Estas áreas foram definidas a partir de aspectos essenciais que informaram o ordenamento e a visão territorial com compromisso de desenvolvimento regional: *estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades; vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional, equipamentos públicos; mobilidade, transporte e logística; estrutura produtiva urbana e rural, conhecimento e tecnologia; patrimônio ambiental e recursos hídricos; infraestrutura urbana; gestão pública e governança regional.*

As cinco **áreas transversais**, por sua vez, são orientadoras das análises e decorrem da interpretação e de cruzamentos diversos entre duas ou mais áreas temáticas, resultando em uma cartografia analítica que equaciona questões tratadas nos PDUIs. Elas são resultantes da leitura das dinâmicas regionais sobre as quais se identificam os principais problemas, as potencialidades e questões compartilhadas regionalmente. É por meio dessas áreas transversais que se consolida o ordenamento territorial propriamente dito, que abrange o Macrozoneamento (MZ), as Estratégias para Ação Metropolitana (EAMs) e as Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs), sendo elas assim definidas: *sustentabilidade e processo de urbanização; desigualdade socioterritorial; desenvolvimento econômico e inovação; hub de infraestrutura; articulação interfederativa e setorial.*

As áreas transversais estruturam o Diagnóstico da UR, que consiste em importante **produto-síntese** do estudo para elaboração do PDUI, sendo elemento analítico de subsídio e respaldo à montagem tanto do Caderno Preliminar de Propostas (P10) quanto do Caderno Final de Propostas (P13). O diagnóstico foi estruturado a partir das áreas transversais acima mencionadas.

A **Figura 2**, a seguir, permite uma visão geral do desenvolvimento do trabalho, identificando as etapas mencionadas anteriormente, com as questões objeto de análise e os 15 produtos resultantes.

FIGURA 2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E PRODUTOS



2. REPOSITÓRIO DE DADOS

O **repositório de dados do projeto**³ foi organizado para dar suporte na etapa de construção dos PDUIs, conforme dito, mas constitui também uma base de informações que possibilitará, em etapas subsequentes, desenvolver subsistemas de informação (SIM|PDUI-UR) e de gestão que possam apoiar e complementar as atividades da Câmara Temática de Gestão do PDUI, no acompanhamento dos sistemas de monitoramento – bem como das futuras contratações necessárias –, segundo as prioridades deliberadas pelos respectivos conselhos de desenvolvimento. Isso possibilita o armazenamento das informações com série histórica, seleção de dados, análises e emissão de relatórios.

As áreas temáticas, que são instrumentais de todo o processo, contemplam os dados levantados no reconhecimento dos territórios e os aspectos essenciais das unidades regionais. Buscam, portanto, dar conta da caracterização do território da UR, valendo ressaltar, entretanto, que sua completude foi condicionada pela disponibilidade e pelo acesso aos dados e informações, e que, em alguns municípios, o levantamento foi feito por aproximações decorrentes de análises complementares.

As sete áreas temáticas são as seguintes:

AT-1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades:

- Dados de uso e ocupação do solo, com predominância de usos e tipologias.
- Dados de inserção da Unidade Regional na rede urbana paulista.
- Dados da área urbanizada que permitem identificar padrões de parcelamento do solo, descontinuidades, vetores de crescimento e caracterização da expansão imobiliária (polos de produção imobiliária, a partir das bases de licenciamento estadual e municipais).
- Dados demográficos: população total (urbana e rural), densidade demográfica, TGCA total (urbana e rural), taxa anual de migração, saldo migratório anual – migração pendular.
- Dados relativos à regulação urbanística municipal: planos diretores, macrozoneamento, zonas especiais, perímetro urbano, instrumentos urbanísticos etc.
- Dados referentes à agenda de projetos estruturantes em âmbitos municipal e regional. Dados sobre a rede de centralidades: identificadas a partir da análise da convergência de polos de usos comerciais e serviços, concentração de equipamentos urbanos, alta oferta de empregos e atratividade de viagens.

AT-2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos:

- Indicadores de vulnerabilidade socioterritorial: IDH-M, IPVS, IPRS (grupos, municípios em geral, riqueza, longevidade, escolaridade), indicadores de educação (Inep).
- Dados demográficos relacionados à renda, escolaridade, mortalidade infantil, expectativa de vida, razão de dependência e pirâmide etária.
- Dados sobre assentamentos precários e panorama do déficit habitacional, informados a partir do IBGE, e complementados com informações municipais, quando existentes.

³ Ver estrutura do repositório de dados do PDUI, no Produto 13, Parte III, item 7.3.

- Dados referentes à política habitacional: regulação, sistema de planejamento e financiamento.
- Dados da produção habitacional, ações de regularização (diversos níveis) e intervenções específicas.
- Dados sobre distribuição e acesso a serviços e equipamentos públicos: polos de cultura, educação, esporte, rede de saúde e acesso à banda larga.
- Dados sobre segurança alimentar: condições de acesso, produção agroalimentar e abastecimento.

AT-3. Mobilidade, transporte e logística:

- Dados sobre a oferta das infraestruturas de mobilidade que informam acerca da conectividade intermunicipal e da abrangência regional.
- Dados sobre os deslocamentos: intermodalidade, volume de viagens (em estudos estaduais ou disponibilização de dados municipais) e movimentos pendulares regionais.
- Dados do sistema viário de abrangência regional.
- Dados sobre o transporte de cargas e os polos logísticos.
- Dados sobre os planos, programas e projetos de abrangência regional.
- Identificação da estrutura de gestão e integração dos sistemas de mobilidade.

AT-4. Estrutura produtiva urbana e rural, conhecimento e tecnologia:

- Dados do PIB, inserção e peso do município na dinâmica econômica regional, traçando o perfil econômico dos municípios e da Unidade Regional.
- Dados da cadeia produtiva da UR: comércio, serviços, complexo da saúde, logística, base industrial e suas transformações.
- Dados sobre o valor adicionado bruto por atividade econômica (PIB Setorial).
- Índice de localização do valor adicionado (indústria, serviços e agropecuária).
- Evolução do número de estabelecimentos, evidenciando o perfil na Unidade Regional.
- Dados relacionados a comércio exterior – exportação e importação – e identificação dos principais produtos da Unidade Regional.
- Caracterização dos ativos urbanos e econômicos (equipamentos públicos de inserção regional – aeroportos, polos de mobilidade, complexos de saúde, polos de ensino superior e pesquisa – complexos tecnológicos e industriais, incubadoras, grandes centros comerciais), identificando eventuais desequilíbrios na distribuição.
- Dados demográficos relativos à população ocupada e à população economicamente ativa (PEA). Dados de empregos formais e sua distribuição regional, rendimentos médios, índice de localização dos empregos de alta e média-alta intensidades tecnológicas da indústria. Identificação de políticas voltadas à geração de emprego e renda, quando existentes. Dados sobre investimento e intenções de investimento na Unidade Regional e em seus municípios.

- Dados sobre a existência de políticas, programas e equipamentos (Etec, Fatec, Senai etc.) voltados à qualificação da mão de obra.
- Dados sobre políticas e programas, e identificação de núcleos voltados à inovação e à economia criativa.
- Identificação do potencial turístico da região, quando for o caso.
- Dados da produção agrícola rural e da agricultura urbana, valor da produção rural, área colhida de cana-de-açúcar e laranja, quando pertinente.

AT-5. Dinâmica ambiental:

- Dados do sistema de áreas verdes e áreas protegidas.
- Dados sobre as áreas de risco ambiental e fragilidades ambientais.
- Dados de recursos hídricos: hidrografia, sistema de bacias, aspectos físicos, quantitativos e qualitativos das águas.
- Dados relativos aos níveis de reconhecimento, mapeamento e monitoramento do patrimônio ambiental.
- Dados relacionados às políticas e instrumentos de proteção de áreas de interesse ambiental.
- Dados que informam sobre os conjuntos paisagísticos, unidades ambientais e complexos culturais e ambientais identificados em âmbitos estadual ou municipal.
- Identificação da presença de políticas voltadas ao tema das mudanças climáticas: perspectivas de mitigação em relação a eventos extremos; e informações analíticas sobre resiliência urbana.

AT-6. Infraestrutura urbana:

- Dados sobre o panorama das políticas municipal e regional do saneamento – estrutura institucional, planejamento e integração de sistemas.
- Dados relativos ao abastecimento e à segurança hídrica – caracterização, desafios e planos de expansão.
- Dados de esgotamento sanitário – abrangência, níveis de coleta e tratamento e planos de expansão.
- Dados sobre drenagem e manejo das águas pluviais – macrodrenagem, fragilidades locais e planos de expansão.
- Dados sobre gestão dos resíduos sólidos – cobertura da coleta e processamento.

AT-7. Gestão pública e governança regional:

- Dados relativos à estrutura de articulação regional: conselhos, consórcios, integração regional e atores estratégicos.
- Dados informativos da transparência na gestão pública na Unidade Regional.
- Quadro fiscal dos municípios: arrecadação, capacidade de investimento e endividamento.

- Informações sobre os órgãos, instrumentos e sistemas integrados de planejamento, gestão e monitoramento das ações públicas na Unidade Regional e seus municípios.
- Os dados que compõem cada uma dessas áreas temáticas estão armazenados em bases geográficas em *shapefiles*, ou outros formatos, e em tabelas, assim referidos no repositório de dados.

As áreas transversais propiciaram um documento-síntese, em que o diagnóstico informa os principais desafios que o Caderno de Propostas, contemplando diretrizes e ações, deve abordar. Além disso, organizam, de forma integrada, as FPICs, enquanto elementos estruturadores do PDUI.

Sustentabilidade e processo de urbanização – Nesta área transversal estão correlacionados o patrimônio ambiental e os recursos hídricos com as condições de desenvolvimento econômico e social na Unidade Regional. Informa sobre os seguintes aspectos: a dispersão e a fragmentação da área urbanizada; os desequilíbrios na distribuição e acesso ao emprego e ativos urbanos potenciais; as condições de acesso a serviços urbanos e a presença de políticas de geração de emprego e renda.

Desigualdade socioterritorial – Contempla as vulnerabilidades social e territorial e a forma de inserção dos municípios nas dinâmicas regionais. Apresenta: a política habitacional – assentamentos precários e déficit habitacional; informações sobre as condições de oferta de infraestrutura urbana, sobretudo de mobilidade; os níveis de centralidade existentes na Unidade Regional dados pela dimensão funcional e analisa o perfil econômico dos municípios e o papel que cumprem na UR.

Desenvolvimento econômico e Inovação – Identifica e analisa as condições de promoção de um ambiente inovativo na Unidade Regional, seja mediante políticas específicas ou pela sinergia de agentes econômicos existentes. Para tanto, avalia a diversidade de atividades econômicas, o grau de tecnologia incorporada às atividades econômicas urbanas e rurais, os programas e parcerias voltados à promoção da responsabilidade social, o potencial de atuação do poder público como indutor de transformação no território. Nesse âmbito, avalia programas do governo nas três instâncias voltados à CT&I.

Hub de infraestrutura – Identifica as potencialidades e condições de distribuição e funcionamento das redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional. Para isso, aponta as limitações e os planos de extensão da rede básica de saneamento, relaciona as implicações ambientais no cenário existente; identifica potencialidades para a ampliação da conectividade urbana, por meio da promoção da acessibilidade de pessoas e da melhoria dos fluxos de atividade logística.

Articulação interfederativa e setorial – Refere-se aos órgãos e instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e aos níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais. Desse modo, traça um panorama da gestão pública; relaciona ferramentas e sistemas de monitoramento do planejamento urbano e identifica as lacunas existentes, no sentido da construção e condução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Em termos do armazenamento físico dos dados, o repositório de dados segue a divisão em áreas temáticas e áreas transversais, contendo uma pasta geral que contempla os dados no limite do Estado de São Paulo e outros recortes comparativos. Nessa pasta, ainda estão

guardados materiais de apoio, o andamento dos produtos e os *templates* adotados para a elaboração da cartografia.

Já a RMSJRP, como as demais URs, possui pasta específica contendo as áreas temáticas nas quais se encontram informações secundárias disponíveis sobre os diferentes temas abordados, as áreas transversais com as particularidades da Unidade Regional e os cruzamentos e análises depreendidos, e uma área onde estão armazenados os *shapefiles* dos macrozoneamentos preliminar e final.

Os dados mencionados acima estão listados em um quadro com a relação dos arquivos em *shapefile* e em tabelas, relativos a cada área temática (AT), oferecendo uma visão geral da base de dados da Unidade Regional⁴.

Importante enfatizar que se adotou como orientação para a construção do repositório de dados o uso de séries temporais – de 2010 até o último ano disponível na data de início dos trabalhos –, e que, no caso de dados anuais decorrentes de séries mensais, o mês de referência é dezembro do ano em questão.

Além disso, a escala dos mapeamentos está compatível com o planejamento metropolitano, adotando uma escala também adequada às apresentações e à produção dos cartogramas.

⁴ Ver Produto 13, item 7.3.

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL

O padrão da urbanização contemporânea – observável em diferentes graus e características em cada uma das metrópoles paulistas – deve ser examinado a partir dos traços específicos de cada uma delas. O primeiro, por óbvio, é a indiscutível tendência a produzir organizações multiescalares e policêntricas, isto é, de promover redes. Essa observação se traduziu em importante linha metodológica para conduzir as análises apresentadas neste documento, além de propostas conclusivas representadas cartograficamente no macrozoneamento e no ordenamento territorial, para o qual se apresentam propostas de diretrizes em três vertentes: o macrozoneamento (MZ), as estratégias para ação metropolitana (EAMs) e as áreas de interesse metropolitano (AIMs)⁵, tríade que estruturou o ordenamento territorial da Unidade Regional.

Com a identificação desses componentes, busca-se uma visão territorial o mais acurada possível, considerando análises comprometidas com as questões e os problemas que impactam a região para, então, gerar diretrizes consistentes para o PDUI, confirmando seu caráter propositivo.

Ganharam relevância na análise as dinâmicas urbanas e regionais que impactam o ente metropolitano. A partir desse princípio, foram identificados e estudados para além dos planos diretores, quando existentes, a regulação urbanística municipal e os planos setoriais, além de outros aspectos, como os demográficos, os físico-espaciais, os socioeconômicos e os ambientais de cada município da Unidade Regional, considerados pela importância de se identificar as dinâmicas urbano-regionais que impactam o território a partir de uma visão integradora.

O diagnóstico decorrente se voltou para a identificação e a caracterização dessas dinâmicas e, para tanto, foram consideradas múltiplas questões, recorrendo ao mapeamento de cada uma delas, sempre que possível, tendo em vista a relevância para o estudo dos aspectos físico-territoriais, entre os quais pode-se destacar: os impactos da expansão urbana e ambiental; a dispersão da área urbanizada; as características da desigualdade socioterritorial; a presença da inovação no uso e ocupação do solo e os pontos de articulação dos transportes local e regional. A leitura de fontes secundárias permitiu identificar outros aspectos, como as precariedades apontadas nos planos diretores, especialmente no que se refere ao saneamento básico, abastecimento e destino de resíduos; presença de consórcios e planos de ações integradas; projetos estruturantes de âmbitos municipal e regional. Especial atenção foi dada aos aspectos relacionados às precariedades urbana e habitacional para equacionar as disfunções resultantes do processo de crescimento urbano.

Esse reconhecimento do território – seu **diagnóstico e o panorama regional**⁶ – pautou a elaboração do **MZ regional**, compatibilizando, inicialmente, os conceitos que ampararam os distintos macrozoneamentos municipais como insumos. Na sequência, foram conceituadas e compostas as macrozonas regionais, resultando no mapa do **macrozoneamento regional** que acompanha o projeto de lei do PDUI.

A abordagem territorial descrita permitiu, também, a definição das **Estratégias para Ação Metropolitana (EAM)**, orientadas pela análise das funções públicas de interesse comum – as FPICs – com o objetivo de promover a integração e minimizar desequilíbrios, tendo em vista os desenvolvimentos urbanos metropolitano e regional.

⁵ Ver P13 Caderno final de propostas item 1.1. Padrão de urbanização contemporâneo e seus desdobramentos nas metrópoles paulistas.

⁶ Ver também os seguintes documentos: P5 Panorama regional; P7 Diagnóstico e P13 Caderno final de propostas.

O entendimento das questões elencadas a seguir se somaram às mencionadas anteriormente, completando, assim, o quadro analítico do ordenamento territorial:

- Aspectos da formação e estruturação urbana recente dos municípios pertencentes à UR e sua relação funcional.
- As dinâmicas contemporâneas e disfuncionalidades geradas.
- Configuração da UR a partir da compreensão dos municípios que a compõem, considerando as obras estruturais que permitiram sua configuração.
- O papel central da mobilidade e da acessibilidade para o desenvolvimento socioeconômico, entendido como fator fundamental da inserção regional dos municípios.
- A importância dos “nós de mobilidade” como agentes estimuladores da atividade econômica no interior do território regional.
- A relevância de certas atividades econômicas em áreas urbanas para o contexto regional reconhecidas como centralidades.
- Crescimento urbano ilegal em áreas de proteção ambiental que comprometem o desenvolvimento sustentável.
- Instrumentos específicos dos PDs voltados à reorganização das atividades econômicas.
- Instrumentos e ações de regularização fundiária nos municípios, com foco nos territórios onde predominam precariedades habitacionais e urbanas, visando à inclusão socioambiental.

O macrozoneamento foi elaborado em dois tempos. O *mapa preliminar do macrozoneamento*, que apresentou uma primeira versão, instrumento guia das discussões no GT de Macrozoneamento e nas oficinas regionais, e sua versão final contendo as contribuições do processo de participação social (P12), cujo resultado está consolidado no Caderno de Propostas (P13).

3.1. Definições e objetivos do ordenamento territorial

A caracterização do ordenamento territorial de cada uma das unidades regionais metropolitanas, como mencionado anteriormente, resulta de análises realizadas em três escalas distintas, porém articuladas: o macrozoneamento regional (MZ regional); as estratégias para ação metropolitana (EAMs) e as áreas de interesse metropolitano (AIMs). As suas definições pressupõem a observação de relações territoriais indicativas de funções específicas, cuja necessidade de melhores articulações intergovernamentais demandam o aprimoramento dos instrumentos de governança para ações integradas no território metropolitano.

A primeira é o **macrozoneamento regional** (MZ regional), cujo foco são as condições predominantes no processo e nas dinâmicas de urbanização regional, assim como os regramentos normativos urbanísticos e ambientais existentes.

O macrozoneamento metropolitano ou regional (MZ regional) é um instrumento urbanístico da política metropolitana, estabelecido pelo Estatuto da Metrôpole. O disposto na elaboração do macrozoneamento visa ao ordenamento territorial das unidades regionais associadamente. Por definição legal, tem caráter orientador para os municípios que integram a região, em função de diretrizes comuns. Tal postura torna possível um diálogo entre as distintas políticas de âmbito

territorial, conciliando, assim, interesses e demandas entre os entes situados na escala regional, indicando a presença de um macrozoneamento regional mais eficiente.

O **macrozoneamento regional** (MZ regional) é uma figura jurídica central nesse processo – e é abordado em detalhes –, pois orienta o padrão para o uso e ocupação do solo no território regional, vencendo interesses específicos e exclusivos de um ou mais municípios. Agindo de forma integrada e abrangente, o MZ regional é uma referência para a localização e a natureza de futuros investimentos públicos e privados, servindo também de diretriz para a revisão, ou para a elaboração, de planos diretores municipais, no caso de inexistência.

As **estratégias para ação metropolitana** (ou regional, no caso das aglomerações urbanas) são estruturadoras da ação pública, dirigidas aos sistemas relacionados às funções públicas de interesse comum (FPICs) que se articulam no território. Sua função básica, portanto, é promover, no âmbito regional, a articulação setorial das diversas políticas que coincidem com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum dos municípios e demais entes federativos.

As **áreas de interesse metropolitano** abordam as possibilidades e as questões localizadas em recortes territoriais específicos, que podem resultar ou não em perímetros que permitam a articulação de ações interfederativas e intersetoriais. Sua efetivação está condicionada às regulações especiais, assim como à utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole, devidamente compatibilizados.

3.2. Etapas do estudo relativo ao ordenamento territorial

O estudo visando ao ordenamento territorial das unidades regionais compreende três etapas. A **primeira**⁷ tem como meta a elaboração dos mapeamentos das macrozonas e zoneamentos municipais da unidade regional, a partir da compreensão da regulação urbanística e ambiental incidente nos municípios, de modo a compatibilizar as nomenclaturas e conceitos. Foi concluída com uma proposta preliminar de MZ regional expressa no **P4 – Mapa preliminar do macrozoneamento regional** (MZ Regional) elaborado para a UR.

A **segunda etapa** tem como objetivo rever o **Mapa preliminar do macrozoneamento regional**, buscando refinar os conceitos de MZ e incorporar os demais documentos analíticos: o Panorama regional (P5) e o Diagnóstico (P7), que apresentam aspectos relativos à sua inserção regional e ao processo de urbanização, à dimensão socioeconômica e ao suporte da infraestrutura.

Para essa tarefa, duas atividades se destacam:

- a. Cotejar as análises e interpretações dos produtos P2, P3 e P4 com o P5 – Panorama regional e o P7 – Diagnóstico, de modo a calibrar as macrozonas regionais elaboradas para a UR. Importante frisar que são consideradas as especificidades de cada um dos territórios em pauta, a partir do reconhecimento das principais dinâmicas urbanas e econômicas presentes em cada um deles.
- b. Rever e adequar os produtos para disponibilizá-los nas plataformas digitais do PDUI, visando a facilitar a participação social nas audiências públicas, realizadas em novembro de

⁷ Ver produtos P2 Mapeamento do macrozoneamento e zoneamento municipais; P3 Mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamento municipais.

2022. Nelas, são apresentadas as versões preliminares de MZ regional, acompanhadas de seus respectivos conceitos e diretrizes. Essa versão é passível de ajustes, após as contribuições recebidas da sociedade civil e de instâncias públicas pela plataforma digital da UR.

A **terceira etapa** – pós-audiências públicas – tem como meta avaliar a pertinência das contribuições resultantes da consulta pública⁸ e incorporar as contribuições que abram perspectivas de aperfeiçoamento da proposta preliminar de MZ regional.

A partir dessa avaliação e incorporação, é produzido o mapa de macrozoneamento final, a ser adotado no projeto de lei. E, concomitantemente, são avaliadas as **estratégias para ação metropolitana**, com foco nos sistemas relacionados às funções públicas de interesse comum que estruturam o território e garantem a qualificação da urbanização, além de abordar oportunidades e problemas específicos e localizados, que podem ser identificados como **áreas de interesse metropolitano** para a UR. Estas constituem etapas de avaliação e análise relevantes para a elaboração do Caderno Final de Propostas.

Na sequência, são detalhados os procedimentos adotados nas etapas mencionadas e os critérios que amparam os mapeamentos.

3.3. Percurso metodológico e procedimentos adotados

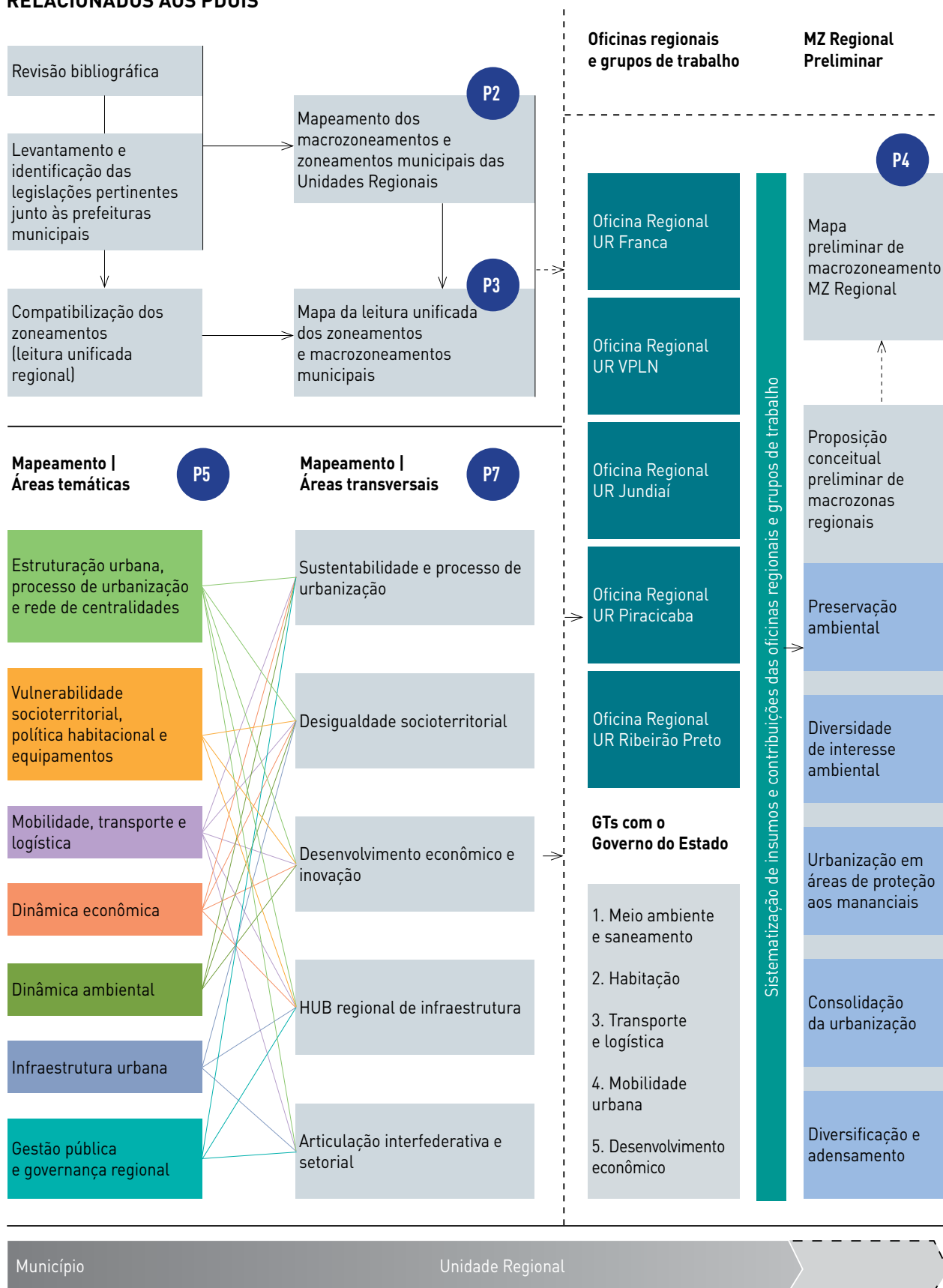
A primeira etapa do ordenamento territorial resulta nos seguintes produtos para cada uma das URs: 1) Revisão bibliográfica e contato concomitante com as prefeituras municipais para levantamento e identificação das legislações pertinentes, resultando no Produto 2; 2) Leitura analítica das leis urbanísticas municipais e compatibilização dos zoneamentos (leitura unificada regional), resultando no Produto 3; 3) Elaboração preliminar do macrozoneamento regional, resultando no Produto 4.

Os produtos são descritos a seguir:

- **P2 – Levantamentos:** Mapeamento dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais das unidades regionais. Este produto resulta dos levantamentos das legislações de cada município: leis municipais referentes ao território, que incluem os planos diretores e as leis de uso e ocupação do solo, quando existentes, leis de perímetro urbano, zonas especiais ou outras que dizem respeito à regulamentação do território municipal. Na ausência de planos diretores, é necessário se apoiar em legislação mais difusa.
- **P3 – Análises:** Mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais. Trata-se da compatibilização das diversas nomenclaturas e conceitos adotados pelos municípios em suas legislações. Etapa relevante para a construção do macrozoneamento regional, na medida em que identifica os principais conceitos, características e diretrizes das zonas e macrozonas definidas nas diversas legislações municipais. Estas serão agregadas de acordo com sua função predominante para gerar legenda única de macrozonas compatibilizadas na escala regional.
- **P4 – Proposição:** Mapa preliminar de macrozoneamento regional (MZ Regional). A proposição resultante das etapas anteriores embasa as discussões nas seguintes instâncias colaborativas: a) oficinas regionais (ORs), com a participação das prefeituras e da sociedade civil; b) grupos temáticos (GTs), envolvendo segmentos da gestão pública estadual; c) debate público derivado das audiências públicas (APs).

⁸ Ver os produtos: P6 Sistematização dos resultados das oficinas regionais; P8 Sistematização dos resultados dos GTs; P9 Relatório de encaminhamento e aproveitamento das propostas e P11 Sistematização dos resultados das audiências públicas.

FIGURA 3. PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RELACIONADOS AOS PDUIS



3.4. Critérios gerais para os mapeamentos

Os mapeamentos foram feitos a partir de dados e informações disponíveis em órgãos oficiais como: prefeituras e secretarias municipais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Seade, Instituto de Geociência (IGC), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Ministério do Meio Ambiente, secretarias do Governo do Estado de São Paulo, entre outros.

Apesar das distinções existentes em cada uma das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas, todas seguem os seguintes princípios:

- considera as leis ambientais vigentes nas três esferas governamentais (Unidades de Conservação e seus planos de manejo, Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), Planos de Bacias, entre outras), aplicando-as como integrantes de macrozona ambiental, seja com nível de proteção integral ou de uso sustentável;
- considera o perímetro urbano como critério definidor de áreas urbanas e de áreas de expansão urbana;
- considera a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), acrescentando as áreas de risco em item estruturante do ordenamento territorial;
- localiza corredores de conurbação entre municípios e explora as potencialidades (áreas de desenvolvimento econômico, áreas de intervenção urbana, utilização de instrumentos de política urbana de forma integrada) e conflitos (limites geográficos, regularização fundiária, entre outros);
- considera a leitura unificada para definir algumas macrozonas ou áreas estratégicas;
- considera a governança metropolitana ativa, com participação e colaboração de todos os municípios.

3.5. Critérios para o mapeamento das legislações municipais

Os macrozoneamentos e zoneamentos municipais apresentam muitas diferenças em sua composição. Em alguns municípios, o macrozoneamento é composto somente por duas macrozonas – urbana e rural –, enquanto em outros incorpora outras funções territoriais importantes, como a de preservação ambiental e a de desenvolvimento econômico.

Já os zoneamentos trazem, geralmente, diversas funções de uso, muitas delas apenas para o território dentro do perímetro urbano. Ou seja, os municípios tratam suas legislações de maneira particularizada. Como o PDUI deve tratar de assuntos na escala regional, faz-se necessário analisar cada situação em particular, de modo a construir macrozonas regionais que incorporem tais posturas, produzindo uma coesão e coerência no âmbito regional.

Tendo em vista tais requisitos, foram utilizados nos mapeamentos os seguintes critérios:

- mapear o instrumento disposto pela lei mais atual;
- sempre que possível, mapear macrozoneamento e zoneamento quando os dois mapas apresentarem informações relevantes no âmbito regional (por exemplo: macrozona ambiental e zonas de expansão urbana);

- caso não haja tempo suficiente para mapeamento das duas estruturas, escolher o macrozoneamento quando este apresentar uma mínima definição de urbano, rural e ambiental, deixando o zoneamento para um segundo momento;
- sempre mapear o perímetro urbano, mesmo se já houver macrozoneamento e zoneamento;
- sempre mapear ZEIS, ZEIAS e outros zoneamentos especiais, quando existirem;
- trabalhar com os Setores Censitários Urbanos 2020 (IBGE), no caso da ausência de perímetros urbanos;
- mapear em feições próprias e independentes:
 - a. Macrozoneamento
 - b. Zoneamento
 - c. Perímetro Urbano
 - d. Zonas Especiais de Interesse Ambiental
 - e. Zonas Especiais de Interesse Social
 - f. Operações Urbanas ou outros instrumentos de Política Urbana.

Observação: caso as ZEIS/ZEIAS façam parte do macrozoneamento ou do zoneamento, criar cópias nas feições correspondentes.

3.6. Sistematização dos dados

Os dados levantados, relativos ao ordenamento territorial (leis municipais), estão organizados em relatórios e quadros para cada município da UR, e foram submetidos à validação das prefeituras.

O relatório de análise da legislação urbanística municipal contém informações sobre todas as leis urbanísticas vigentes no município – desde que sejam pertinentes ao ordenamento territorial –, considerando, inclusive: leis de perímetro urbano e zonas especiais; Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC); Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso, Transferência do Direito de Construir e Operação Urbana.

No **Quadro 1**, de compatibilização de legendas, foram inseridas as macrozonas e zonas com os respectivos artigos da legislação que descrevem, nas seguintes colunas, conforme exemplo abaixo: nome do município; instrumento legal; categoria; classificação municipal; sigla; classificação na leitura unificada; e descrição.

QUADRO 1. LEITURA UNIFICADA PARA CADA UNIDADE REGIONAL

Município	Instrumento legal	Categoria	Classificação municipal	Sigla	Classificação na leitura unificada	Descrição

3.7. Construção do macrozoneamento regional

Como foi dito acima, a construção do macrozoneamento regional (**MZ Regional**) é um processo bastante complexo, resultando na delimitação de amplos perímetros no território das unidades regionais (metrópole ou aglomeração urbana).

O **macrozoneamento municipal**, quando disponível, é o referencial inicial para a construção da leitura de cada unidade regional, cotejando-se essas informações com outras consideradas relevantes – ocupação urbana, condições socioeconômicas e vocação ambiental. A partir da análise desse conjunto de elementos, é possível identificar convergências, compatibilizações entre zoneamentos, ou mesmo a existência de conflitos entre legislações e políticas municipais.

É preciso, portanto, enfatizar a importância de diferenciar o **MZ regional** do **MZ municipal**. Como este último é um instrumento da política urbana municipal, sujeito às singularidades já apontadas, o **MZ regional resulta de uma nova construção territorial**, centrada na necessidade de articular interesses comuns e mais coesos e eficientes.

O processo de construção do MZ regional avalia o definido nos municípios, mas o coloca em contraponto com outros fatores determinantes, tais como: condições favoráveis ou não à urbanização; provisão de serviços ecossistêmicos e as dinâmicas rurais; possibilidades de adensamento do tecido urbano e o melhor aproveitamento do investimento urbano instalado.

Para as conceituações e demarcações no território das macrozonas, são adotados procedimentos gerais, cuja referência inicial são os estudos realizados anteriormente pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) ao produzir o MZ regional de outras regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, entre os quais o da Região Metropolitana de São Paulo e o da Região Metropolitana de Campinas⁹.

⁹ A partir de 2016, a elaboração dos PDUIs de algumas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo ficou sob a responsabilidade da Emplasa, que, na ocasião, desenvolveu uma metodologia para tratar do macrozoneamento regional junto aos municípios. Essa metodologia, adotada em muitas reuniões dos grupos de trabalho, resultou em definições consolidadas no Caderno Final de Propostas do PDUI da RMSP e no Caderno Preliminar de Propostas da RMC. Nas demais regiões e aglomerações – Região Metropolitana de Sorocaba e nas então aglomerações urbanas de Jundiaí e de Piracicaba – as discussões chegaram à fase de conceituação do macrozoneamento.

Os itens a seguir detalham a metodologia geral adotada na construção do **Ordenamento Territorial Regional** e utilizada na sequência dos Produtos 2, 3 e 4 do estudo Fipe-SDR, com foco na descrição das três etapas que culminam com a elaboração de uma proposta preliminar de macrozoneamento regional.

3.8. Mapa do macrozoneamento regional preliminar da UR

3.8.1. Etapa de levantamento

O Mapeamento dos Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais da Unidade Regional (Produto 2) subdivide-se nas seguintes atividades:

- a. **Consulta à bibliografia disponível** sobre temas de interesse para a elaboração dos PDUIs que permitam introduzir novos elementos na etapa de leitura analítica das leis urbanísticas municipais, além de contribuir com a tarefa de compatibilizar os distintos zoneamentos municipais, quando existentes.
- b. **Diálogo com o corpo técnico das prefeituras** que integram cada uma das unidades regionais, especialmente envolvendo as secretarias de Desenvolvimento Urbano, de Obras e Planejamento e de Meio Ambiente. Esta é uma etapa relevante do trabalho, pois a interação com o corpo técnico dos governos municipais permite verificar e confirmar a vigência da regulação urbanística do município bem como sua aplicação.
- c. **Análise das leis de ordenamento territorial municipais.** A leitura analítica dos textos das leis dos planos diretores, leis de zoneamento e leis de uso e ocupação do solo consiste em localizar e registrar dados relacionados ao ordenamento territorial do município: macrozoneamentos, zoneamentos, zonas especiais, áreas ambientais protegidas, áreas de desenvolvimento econômico, entre outros. Geralmente, essas informações estão contidas em capítulo específico da Lei do Plano Diretor, chamado “ordenamento territorial”. Entretanto, há casos em que elas aparecem com outro nome, ou constam apenas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), ou mesmo pode ocorrer de não constarem dessas leis.

Em geral, o macrozoneamento municipal é definido no plano diretor. Na LUOS, o macrozoneamento integra o zoneamento municipal. Porém, quando o município não dispõe de plano diretor e possui lei de parcelamento do solo, algumas estratégias de aproximação são adotadas. Os produtos resultantes da etapa de levantamento são:

- a. **Mapa – Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais.** Apresenta as zonas e macrozonas municipais, evidenciando as múltiplas classificações e conceituações utilizadas pelos municípios.
- b. **Quadro – Regulação Urbanística dos Municípios.**
- c. **Quadro – Instrumentos Urbanísticos Propostos nos Planos Diretores Municipais.**

3.8.2. Etapa de análise – leitura unificada dos macrozoneamentos municipais

Essa importante etapa teve como meta a construção do Mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais (Produto 3), que seguiu o seguinte roteiro operacional:

a. Leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais.

A leitura unificada é o primeiro entendimento da organização territorial regional, a partir da conjugação das necessidades e proposições internas a cada município. É possível, também, a partir dela, visualizar discontinuidades ou conflitos e discrepâncias entre diretrizes territoriais nos limites municipais, que se tornam ferramentas de sensibilização dos municípios frente à necessidade de uma atuação conjunta e colaborativa. Essa estratégia permite análises comparativas entre o regional almejado e o municipal existente, assim como gerar diretrizes e orientações, ou incorporar ao macrozoneamento regional zonas/macrozonas municipais existentes.

b. Compatibilização entre nomenclaturas e conceitos adotados pelos municípios.

Inicialmente, é necessário identificar os principais conceitos, características e diretrizes das zonas e macrozonas definidas nas legislações municipais, agregando-as de acordo com sua função predominante, para gerar uma legenda única de macrozonas compatibilizadas.

Os **relatórios municipais** – Relatório de Análise da Legislação Urbanística Municipal – nome do município – apresentam as soluções encontradas no processo de compatibilização, relacionadas à interpretação do texto das leis municipais ou à ausência de informações. É o instrumento utilizado para validar conceitos e sua aplicação pelos municípios¹⁰.

Verifica-se que alguns municípios possuem caracterização, objetivos e diretrizes de cada zona/macrozona bastante detalhados no texto da lei, e que outros apresentam somente a divisão das zonas/macrozonas, sem detalhamento das suas funções. Diante dessas dificuldades, os seguintes critérios orientam a compatibilização:

- utilizar parâmetros urbanísticos de ocupação do solo para complementar as informações do texto da lei (coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, tamanho do lote etc.), quando esta não detalhar as funções de cada zona/macrozona;
- utilizar o perímetro urbano como critério para definir entre urbano ou rural/ambiental;
- utilizar sobreposições de informações – como unidades de conservação, áreas de preservação permanente, áreas de mananciais e áreas de risco – para ajudar a caracterizar as zonas/macrozonas municipais, quando estas não apresentarem diretrizes.

A leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos é submetida à apreciação e validação dos municípios, para que quaisquer dúvidas sejam esclarecidas e para garantir a integridade das informações que serão analisadas no âmbito regional.

c. Parâmetros para legenda unificada do macrozoneamento e zoneamentos municipais.

Para elaborar a legenda unificada do macrozoneamento e zoneamentos municipais e sua espacialização, são utilizados os parâmetros produzidos em estudo detalhado realizado pela Emplasa, quando da elaboração dos PDUIs de unidades regionais do Estado de São Paulo¹¹.

¹⁰ Os relatórios municipais estarão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional em estudo no final do projeto.

¹¹ Esse método teve origem na elaboração do macrozoneamento da Região Metropolitana de São Paulo e, posteriormente, foi aplicado nos estudos de macrozoneamento desenvolvidos para as seguintes URs: Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana de Sorocaba, Aglomeração Urbana de Jundiaí e Aglomeração Urbana de Piracicaba.

O resultado das agregações dá origem a uma legenda de nove macrozonas municipais, sendo quatro com funções ambientais – proteção, uso sustentável, recuperação e atividade rural – e cinco com funções urbanas – consolidada, expansão, requalificação, adensamento e desenvolvimento econômico.

Em cada UR, como será visto mais adiante, ocorrem variações e adaptações nas definições de cada macrozona – dependendo do nível de urbanização dos municípios envolvidos. No entanto, foram mantidos os nomes das nove macrozonas como referência inicial da legenda em todos os casos, sem prejuízo de sua conceituação básica, adotando-se, em cada unidade regional, as pertinentes às características municipais.

A elaboração do mapa do macrozoneamento e zoneamentos municipais a partir de uma legenda unificada – conforme esclarecido acima – orienta-se pelos seguintes **parâmetros unificadores** (Quadro 2):

QUADRO 2. PARÂMETROS CONSIDERADOS NA LEGENDA UNIFICADA DOS MZS E ZONEAMENTOS MUNICIPAIS

Legenda unificada dos MZS e zoneamentos municipais	Conceito	Característica
Urbana-Consolidada ¹²	Áreas com nível elevado de urbanização, infraestrutura e equipamentos públicos, configurando bairros consolidados	Pode ser formada tanto por áreas centrais, com concentração de empregos, comércio e serviços como por áreas predominantemente ou exclusivamente residenciais, onde não se pretende maior adensamento construtivo
Urbana-Adensamento	Área urbana dotada de infraestrutura com características físicas que favorecem o adensamento	É caracterizada pela existência de usos residenciais e não residenciais, com nível médio de urbanização e de oferta de serviços e equipamentos, onde se deseja a promoção do adensamento
Urbana-Expansão	Áreas com urbanização incipiente, localizadas em vetores de expansão pretendidos pelo município, geralmente fora do seu perímetro urbano	Possuem condições para serem urbanizadas, por se localizarem em áreas sem restrições físicas, geralmente próximas de infraestruturas já existentes
Urbana-Requalificação	Área urbana estruturada de forma inadequada ou irregular, carente de infraestrutura, com necessidade de requalificação urbanística ou ambiental	Caracteriza-se por áreas urbanas com elevados índices de vulnerabilidade social, baixos índices de desenvolvimento humano e ocupada por população predominantemente de baixa renda, em assentamentos precários e irregulares. Apresenta déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Constitui-se, principalmente, de zonas ou áreas especiais de interesse social
Urbana-Desenvolvimento Econômico	Área destinada preferencialmente a atividades produtivas – industriais ou de serviços	Caracteriza-se pela existência de vias estruturais, sistema ferroviário e rodovias, que articulam diferentes municípios e polos de empregos, onde se verificam processos de transformação econômica e de padrões de uso e ocupação do solo. Constitui-se de áreas com concentração industrial já estabelecida ou a serem destinadas para expansão das atividades econômicas, corredores de comércio, serviços e indústrias

¹² Também se considera urbana-consolidada a macrozona urbana que se apresenta de forma única no macrozoneamento. No entanto, uma macrozona urbana pode ser dividida em diversas zonas, com diferentes diretrizes de ocupação. Podem ser necessários o detalhamento e o desdobramento posteriores.

Proteção Ambiental	Corresponde às áreas de expressivo valor ambiental, com notáveis atributos naturais ainda preservados, apresentando distintas flora e fauna	São porções territoriais geralmente afastadas das áreas mais densamente urbanizadas, nas quais se observa o prolongamento de remanescentes florestais, a presença de nascentes e cursos d'água e demais elementos que configuram importância ao ecossistema e aos processos naturais locais. Ex.: Unidades de Conservação (UCs) e demais áreas de proteção integral, áreas especiais de interesse ambiental, parques municipais e Áreas de Preservação Permanente (APP)
Uso Sustentável	Áreas que apresentam importantes remanescentes naturais, entremeados por uso residencial de baixa densidade, propriedades de uso agrícola ou de recreação	Abrange região que apresenta relevância ambiental e áreas estratégicas à preservação ambiental e dos recursos hídricos. Exercem importância estratégica no território, na medida em que podem auxiliar na contenção do processo de expansão urbana, no desenvolvimento e incremento controlados de atividades econômicas, ou, ainda, na preservação dos recursos naturais existentes. Compõem a Macrozona de Uso Sustentável, por exemplo, Áreas Especiais de Interesse Ambiental, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e áreas de mananciais
Atividades Rurais	Áreas rurais e núcleos isolados com diferentes índices e graus de urbanização e de restrições ambientais, com presença de atividades econômicas não urbanas	Pode se apresentar com características diversas, em áreas concentradas ou esparsas de produção agrícola, pecuária ou extrativista, agricultura familiar, com ocupação urbana de baixa a média densidade
Recuperação Ambiental	Territórios ambientalmente frágeis, impactados por ações antrópicas, dotados ainda de importantes recursos naturais	Correspondem às porções territoriais degradadas do ponto de vista ambiental, podendo ser caracterizadas pela presença de precariedade habitacional em áreas de proteção ambiental, exploração mineral e infraestruturas específicas, como aterros sanitários

Esta etapa de análise resultou nos seguintes produtos:

- **Mapa 2** – Leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais – apresenta a reclassificação das zonas e macrozonas municipais, de acordo com os nove parâmetros mencionados acima, sempre que pertinente.
- **Quadro 1** – Compatibilização de legendas – nome do município (de cada município para a unidade regional).

3.8.3. Etapa de proposição

Mapa preliminar do macrozoneamento regional – MZ Regional (Produto 4).

Os levantamentos e análises detalhados nas etapas anteriores (Produto 2 e Produto 3) têm como base informações relativas a cada um dos municípios que integram a unidade regional. Em síntese, contêm os elementos regulatórios dos diferentes municípios da UR e a leitura unificada do ordenamento territorial sob uma legenda única de macrozonas municipais, que representam, assim, as principais funções territoriais da unidade regional em estudo.

O passo seguinte, que esta etapa de proposições conclui, é a elaboração do mapa preliminar de proposição do macrozoneamento regional, no qual são considerados os interesses municipais já registrados nas etapas anteriores, além de os cotejar com interesses mais amplos dos atributos regionais de interesse coletivo.

Além disso, esta etapa, que prepara o acompanhamento das oficinas regionais com a participação de atores regionais em diversas instâncias, visa ainda apresentar aos interessados uma primeira proposta do MZ, e incorporar contribuições e questionamentos decorrentes desse processo.

As **macrozonas regionais** são porções significativas do território metropolitano ou regional, que podem ser contínuas ou não, para as quais se pretende funções semelhantes na escala regional e que devem receber as mesmas diretrizes de uso e ocupação do solo. Isso poderá ser visto nos casos específicos das distintas unidades regionais abordadas adiante.

Além disso, as macrozonas regionais devem orientar a urbanização, por meio da adoção de políticas de intensificação do adensamento urbano e de controle da expansão urbana periférica, caso se pretenda reduzir a pressão sobre áreas de interesse ambiental e rural, de forma a proteger os recursos ambientais disponíveis – sobretudo as áreas de mananciais para abastecimento público. As MZs também devem incentivar o desenvolvimento de uma produção agropecuária sustentável nas áreas de fronteira rural/urbana. Pauta-se, portanto, pelo interesse metropolitano ou regional, conforme estabelecido no Estatuto da Metrópole, sendo referência para os municípios orientarem o parcelamento, uso e ocupação do solo na unidade regional ou o licenciamento de empreendimentos urbanos, como também os projetos setoriais.

Os elementos e temáticas cruzados e articulados no processo de construção do MZ Regional buscam construir uma proposta em que os perímetros respondam a uma mesma conceituação sob uma nova designação: macrozona regional de interesse comum.

Os elementos utilizados nesse processo de construção consideram:

- os ativos ambientais que devem ser preservados, com destaque para a proteção da quantidade e qualidade das águas que abastecem a região;
- as áreas sujeitas à ocorrência de desastres naturais;
- as áreas tombadas – indígenas e quilombolas;
- os perímetros urbanos definidos pelos planos diretores municipais;
- as áreas de expansão urbana definidas pelos municípios;
- a tendência de crescimento populacional da região;
- os padrões de urbanização identificados no percurso de leitura da unidade regional;
- a dinâmica econômica regional;
- as estruturas viária e de conectividade que suportam as dinâmicas decorrentes do processo de urbanização.

O levantamento desses temas, a realização de leituras e cruzamentos de dados ocorreram nas etapas de elaboração do panorama e do diagnóstico da UR. Esses estudos apoiam a delimitação das MZs regionais.

A proposta preliminar de macrozoneamento norteou as discussões nas oficinas regionais e nos grupos de trabalho, tendo em vista a necessária interação entre as realidades municipais e suas dinâmicas socioeconômicas regionais, dado que o MZ regional final será orientador da revisão dos planos diretores municipais.

Além disso, as unidades regionais podem apontar recortes específicos do território como áreas de interesse metropolitano, com a finalidade de implantação de projetos específicos que envolvam a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações especiais e a utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da MetrÓpole.

A partir da discussão de diretrizes e estratégias de ordenamento territorial para as respectivas unidades regionais, é possível propor um MZ Regional que oriente o desenvolvimento sustentável no âmbito regional.

Resulta dessa etapa de proposições o **Mapa – proposta preliminar do macrozoneamento regional**.

Conforme visto, a elaboração do **Mapa preliminar do macrozoneamento regional (MZ regional)** está apoiada em dois mapeamentos que o precederam: a) Mapeamento dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais; b) Mapeamento da leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais.

3.8.4. Mapa preliminar de macrozoneamento regional da UR

Na segunda etapa, visando à construção do **Mapa preliminar de macrozoneamento de cada UR**, foram incorporados os aspectos seguintes, como subsídios e ponto de partida para a elaboração do **MZ Regional** da UR:

- a. Singularidades que distinguem cada uma das URs objeto de estudo, conforme desenvolvido nos produtos P5 – Panorama regional e P7 – Diagnóstico.
- b. Consensos resultantes das discussões ocorridas ao longo das oficinas regionais, realizadas para a UR.

Esses subsídios foram fixados como ponto de partida para a elaboração do MZ Regional de cada UR. Nesse momento, apropria-se dos diagnósticos e proposições relativos à ordenação territorial expressas no Produto 5–Panorama regional e P7–Diagnóstico para relativizar as informações resultantes da leitura do macrozoneamento municipal.

Entretanto, para avançar na proposta de MZ Regional e para que a visão regional seja efetiva no âmbito dos interesses comuns, a ordenação territorial da UR em estudo foi observada e analisada à luz de novos conceitos e dinâmicas urbanas e econômicas predominantes nas distintas regiões. Cada uma delas configura uma visão de desenvolvimento urbano que permite ao poder público traçar diretrizes, de forma interfederativa, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como um de seus instrumentos de política de desenvolvimento regional.

Pretende-se um entendimento do ordenamento territorial para além de seu vínculo forte com a legislação municipal. É importante considerar outros condicionantes que o impactam tanto quanto as normas e regras atuantes, como as distintas dinâmicas urbanas e regionais baseadas em relações que se transformam, possibilitadas por fatores diversos, como novas infraestruturas.

Da análise territorial resultaram sete macrozonas regionais e os respectivos conceitos que as sustentam.

Como destacado inicialmente, o padrão de urbanização das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do quadro metropolitano paulista, objeto deste trabalho, expressa atualmente muitas características da urbanização extensiva – o crescimento urbano se mostra alterado, sendo

que as características marcantes do processo apontam para a fragmentação territorial, e não a conurbação entre municípios, juntamente com a dispersão de atividades.

Como resultante desse processo, novas formas de uso do solo tendem a se consolidar. O Macrozoneamento Regional terá papel relevante na orientação dos planos diretores municipais, visando à sustentabilidade do processo de urbanização e às relações de responsabilidade social e territorial entre municípios de uma mesma unidade regional.

Diante do intenso processo de urbanização que ocorre no território paulista, é fundamental compreender de que forma ele repercute nos contextos regionais das metrópoles e aglomerações urbanas institucionalizadas mais recentemente, buscando as características das novas urbanizações.

Este tem sido um dos desafios enfrentados pela análise que embasa o processo de construção dos PDUs, particularmente na identificação do ordenamento territorial e na proposição do macrozoneamento regional da UR em estudo.

3.8.5. Mapa final do macrozoneamento regional

Na perspectiva dos procedimentos metodológicos para se chegar ao mapa final, resgata-se tanto o MZ preliminar como todos os ajustes a ele incorporados ao longo do processo, que demandaram redefinições nos perímetros das macrozonas¹³.

As contribuições decorrentes das oficinas regionais, dos grupos de trabalho e das audiências públicas foram sistematizadas em relatórios (P8, P9 e P11, respectivamente) e analisadas pelos técnicos da Fipe em sucessivos encontros para alinhamentos com especialistas e representantes da UR e de seus municípios, quando necessário, sendo posteriormente organizadas no Produto 12 – Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições. Nos casos em que se chegou a resultados divergentes do definido no MZ preliminar, as adaptações e ajustes foram feitos, resultando no MZ final.

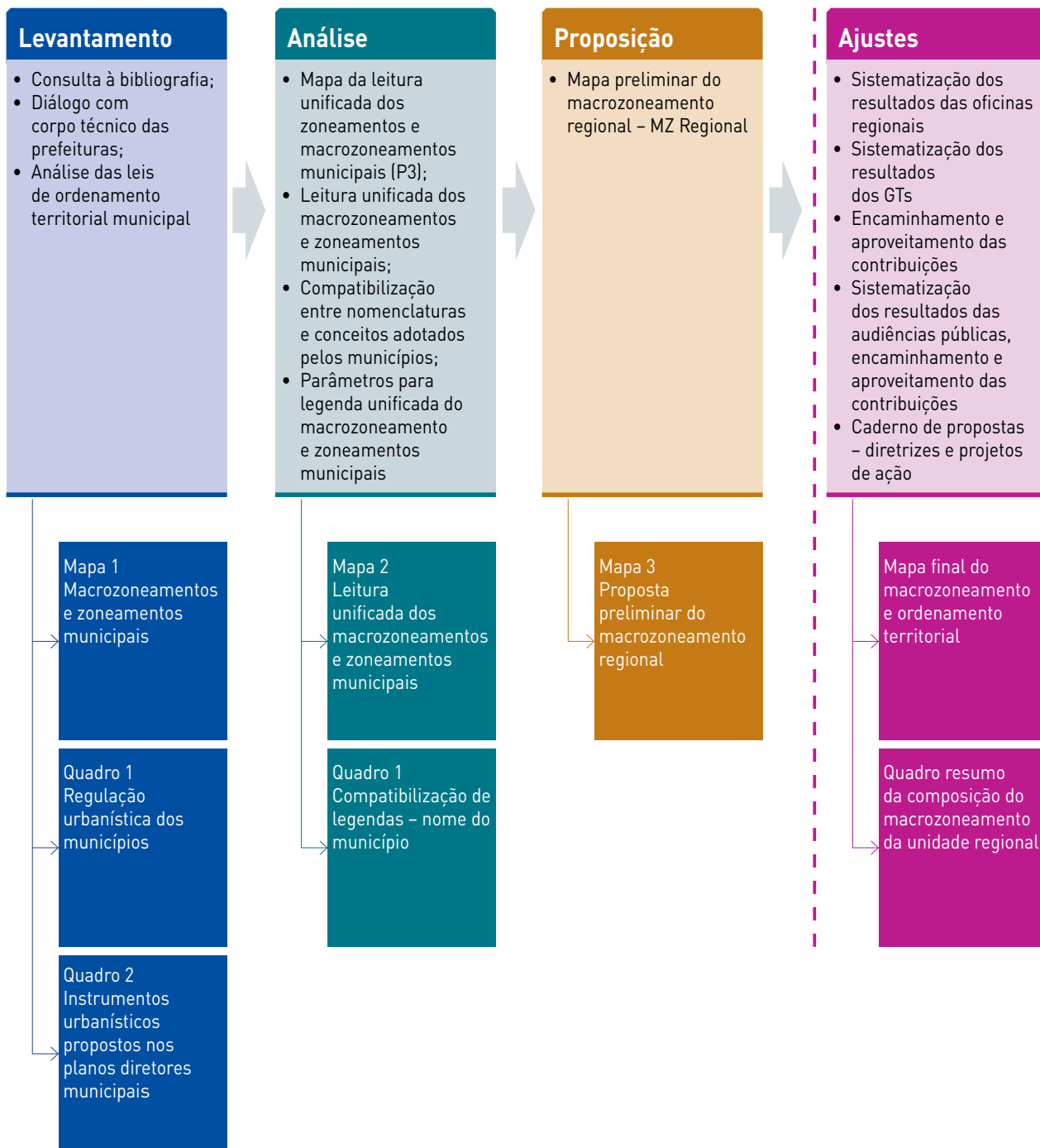
Para cada uma dessas macrozonas, foram identificadas **características e funções específicas**, respeitando a proteção e a valorização dos recursos ambientais, sociais e econômicos, que, pensados em seu conjunto regional, ajudaram a definir as **diretrizes estratégicas** – gerais e específicas da MZ – para a revisão dos planos diretores municipais e leis acessórias para a estruturação futura do território, e as estratégias de ação.

O material produzido deve ser referência para a revisão dos planos diretores e zoneamentos dos municípios constituintes dessa região, no intuito de promover a integração de políticas na direção de uma estratégia regional/metropolitana, sobretudo no tocante às questões comuns aos municípios e territorialmente contíguas.

O diagrama abaixo sintetiza esses procedimentos que orientaram as diversas interações ocorridas ao longo de todo o processo de elaboração dos PDUs, acrescentando valiosas contribuições que foram sendo incorporadas aos resultados finais.

¹³ Ver P14-Mapa final do macrozoneamento e ordenamento do território. O documento contém o memorial descritivo de todas as etapas e processos de trabalho empreendidos no ordenamento territorial, a partir do MZ preliminar, e o detalhamento das adequações que se fizeram necessárias após as audiências públicas em cada uma das macrozonas que compõem o macrozoneamento final da Unidade Regional.

FIGURA 4. DIAGRAMA-SÍNTESE – PROCEDIMENTOS GERAIS EM CADA UMA DAS ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DOS PDUIs



4. PANORAMA REGIONAL

O desafio analítico na estruturação do panorama regional é o de articular uma visão regional a partir das características específicas de cada município integrante da unidade regional, tendo como referência as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) estabelecidas em lei para a RMSJRP.

O panorama regional é instrumental para identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às FPICs, respeitando o específico da UR. A partir da definição das FPICs, outros temas não menos relevantes estarão contemplados de forma transversal.

Várias funcionalidades estão subjacentes a essa tarefa de reconhecer o território objeto do PDUI, como o de orientar os trabalhos das oficinas regionais; o de informar o Diagnóstico (P7); contribuir para o Macrozoneamento Regional e sustentar o Caderno de Propostas (P13).

É fundamental entender quais são as questões regionais estratégicas que serviram de base para formular diretrizes e propostas articuladas e centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano. Assim, cabe destacar quais são as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos e que servem de apoio na formulação das diretrizes e ações do PDUI.

Nesse sentido, o Panorama é um produto que traça um retrato regional preliminar, que serve de orientação aos trabalhos das oficinas regionais, alicerçando o conhecimento sobre a região e criando um caminho para uma permanente cultura de participação regional e metropolitana.

O estudo contribui para promover uma visão sobre os problemas regionais, suas principais potencialidades e fragilidades, na perspectiva de análise indicada por eixos temáticos, adotados como apoio à formulação das diretrizes e ações do PDUI.

São abordadas as dimensões demográficas, econômicas, educacionais e de saúde, bem como os aspectos ambientais e urbanísticos, visando não só à construção de um panorama regional mas também evidenciar possíveis obstáculos e desafios a serem enfrentados, objetivando o desenvolvimento sustentável.

Foram produzidos mapeamentos temáticos para auxiliar na análise da atual gestão das funções públicas de interesse comum, incorporando os diversos estudos existentes sobre as unidades regionais, sob diferentes enfoques, e que se relacionam com os planos setoriais e municipais considerados na elaboração do PDUI.

As respostas adequadas às questões regionais estratégicas são a base para a formulação de diretrizes e propostas articuladas e centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano.

4.1. FPICs e áreas temáticas estratégicas

O objetivo geral é identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às Funções Públicas de Interesse Comum, respeitando cada especificidade da UR. A partir da definição das FPICs, outros temas não menos relevantes estarão contemplados de forma transversal.

O elenco das Áreas Temáticas delimitou o universo de análise das FPICs abordadas no estudo, e orienta a organização das fontes de informação no repositório de dados disponibilizados para desenvolver o PDUI.

Cada FPIC estabelece temas estratégicos de análise, avaliados por meio de mapas que trazem uma visão atual da gestão dessas funções.

O panorama regional foi guiado pelos seguintes temas:

4.1.1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades

A gestão do uso do solo metropolitano é a que tem maior impacto no bem-estar da população, especialmente a mais vulnerável. É na regulação do uso e da ocupação do solo urbano e nos instrumentos e procedimentos de gestão urbana e ambiental que reside o maior desafio institucional do PDUI. Para isso, é essencial a análise e a caracterização da mancha urbana, de seu processo de expansão e das alterações do uso do solo.

Esse tema traz a descrição dos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo urbano, caracterizando a mancha urbana e seus vetores de expansão. A leitura do zoneamento existente nos municípios e a análise dos seus planos diretores e leis de uso e ocupação do solo – realizadas nos produtos 2 e 3 – ajudaram na identificação de conflitos entre legislações municipais. Além disso, com o objetivo de subsidiar o macrozoneamento, também foi possível reconhecer potencial em um contexto de maior dinamismo regional.

A rede de centralidades regionais é outro aspecto inserido nessa área temática. O objetivo é compreender a dinâmica de fluxos entre cidades e o papel hierárquico dos diferentes centros urbanos. As centralidades que foram identificadas são áreas dentro de um determinado território em que estão concentradas as atividades econômicas e sociais de uma cidade ou região.

São espaços com grande oferta de emprego, heterogeneidade de usos (comércio, indústria, residencial e serviços) e acesso pelos meios de transporte e rede viária. Essas áreas e, consequentemente, as atividades ali desenvolvidas, são fundamentais para o fortalecimento da identidade municipal ou metropolitana. A principal fonte de informação é o relatório Regiões de Influência das Cidades (Regic), de 2018¹⁴.

Entretanto, para a formulação dos PDUIs, o Estatuto da Metrópole (artigo 12º da Lei 13.089 de 2015) requer a verificação dos desdobramentos dessa dinâmica regional em escala intraurbana, de maneira que seja possível evidenciar no território os elementos que compõem a complexa rede urbana de cada unidade regional.

Dessa forma, para caracterizar a rede de centralidades intraurbanas de relevância regional, foi proposto um procedimento metodológico que trouxesse uma somatória de elementos que pudessem expressar seus três atributos fundamentais: físico-territorial, localização e regulamentação urbanística.

Assim, a análise deverá trazer um mapeamento dos principais atributos e realizar uma leitura qualitativa de sua conformação espacial. Serão mostradas as principais infraestruturas de mobilidade regional, como os eixos de transporte, a localização de grandes equipamentos públicos ou privados (complexos hospitalares, polos de ensino superior e centros de pesquisa), polos de comércio e serviços, com abrangência e escala de atendimento regional.

A observação da rede de centralidades regionais na escala intraurbana terá como objetivo fornecer leituras que auxiliem o desenho do macrozoneamento e a construção de diretrizes para articulação desses polos entre os municípios.

¹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Região de Influência das Cidades, 2018.

A análise da dinâmica imobiliária foi feita com base nos dados mais recentes do Graprohab¹⁵, que trazem os empreendimentos habitacionais para loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais analisados pelo órgão.

Por fim, esse tópico também abrange a análise da dinâmica demográfica, procurando averiguar as transformações ocorridas nas taxas de crescimento e, também, no grau de urbanização. Além disso, foram analisadas as **modificações na estrutura e na distribuição da população**, principalmente nas projeções de distribuição etária, que podem trazer uma perspectiva das demandas por políticas públicas, considerando o volume de pessoas em idade escolar, o índice de envelhecimento e a razão de dependência da população.

4.1.2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos

A existência de diversos indicadores para tratar das questões referentes ao desenvolvimento humano e às condições de vida decorre da complexidade do tema e da dificuldade de sintetizá-lo. Os indicadores de condições de vida da população devem estar presentes nesse tema, mostrando o padrão recente de desenvolvimento econômico e social da UR.

Optou-se, preferencialmente, pela utilização do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), da Fundação Seade, não só pelo fato de ter sido objeto de atualização mais recente (2018), mas também por sua dimensão sintética¹⁶, referindo-se ao estágio de desenvolvimento de cada município em três dimensões: renda, escolaridade e longevidade.

Em relação à questão habitacional, o foco da análise deverá ser, principalmente, o levantamento da situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional na UR. A análise apresenta a identificação, o dimensionamento e a caracterização das áreas ocupadas por assentamentos precários e ocupações irregulares, considerando que tais questões têm forte entrelaçamento com os temas desenvolvimento urbano e meio ambiente.

O objetivo é propor diretrizes para a redução da ocupação irregular existente em áreas com risco ambiental, priorizando os territórios de mananciais, bem como ações que venham a prever o surgimento de novas situações de vulnerabilidade. Existem duas considerações importantes nesse tema: 1. A análise não pretende abranger o déficit habitacional dos municípios. O propósito é identificar possíveis pressões de ocupações precárias sobre o patrimônio ambiental, ou seja, assentamentos precários que estejam presentes em áreas de mananciais, fundos de vale etc. 2. Não estão disponíveis informações mais recentes que permitam uma análise georreferenciada de tais situações.

Para obter os resultados, foram utilizadas as seguintes bases: 1) pesquisa do IBGE de aglomerados subnormais para o ano de 2019 (IBGE, 2019) e 2) levantamento de 2010 realizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e pela Fundação Seade e utilizado no Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do estado de São Paulo.

Espera-se uma contribuição dos municípios e do programa Cidade Legal – ligado à Secretaria Estadual de Habitação – sobre o tema da necessidade de regularização fundiária e dos avanços já

¹⁵ O Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab) foi criado pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo por meio do Decreto Estadual nº 33.499, de 10 de julho de 1991, e reformulado pelo Decreto Estadual nº 52.053, de 13 de agosto de 2007, com o intuito de centralizar, agilizar e organizar o processo de anuência prévia de projetos de loteamentos, núcleos habitacionais e condomínios.

¹⁶ O IPRS, desenvolvido pela Fundação Seade, é inspirado nos termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concebido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

obtidos para que possam ser avaliadas e mapeadas localmente as situações existentes, de forma a se compreender com maior precisão os diferentes níveis de precariedade existentes.

Os equipamentos de serviços coletivos existentes nos municípios devem ser levantados de forma a avaliar se há um acesso equânime a toda a população residente na UR. São objeto dessa análise a distribuição das unidades de saúde e de ensino.

4.1.3. Mobilidade, transporte e logística

O sistema viário e o transporte público são elementos estruturadores do espaço geográfico, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e ao desenvolvimento do território.

Para que a RM possa exercer suas funções econômicas, ambientais e sociais com eficiência, é fundamental que o sistema viário metropolitano seja capaz de articular todo o território. Como tema intersetorial, deverá permear as análises de desenvolvimento econômico, da área ambiental e da dinâmica urbana.

O foco da análise deve ser, especialmente, o sistema viário regional, no transporte de cargas e nas interdependências viárias de possíveis áreas conurbadas. Serão analisadas as condições de provimento e da eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e à logística regional.

A avaliação da conectividade intermunicipal e da oferta de infraestruturas levará em consideração os mapeamentos da estrutura viária principal (classificação e função das rodovias) e as funções exercidas por portos, aeroportos e rede de transporte ferroviário que, porventura, estejam presentes na RM.

Outro ponto que ganha importância é a análise dos projetos de investimentos relacionada aos *drivers* de desenvolvimento regional em direção a novos eixos logísticos. É preciso identificar se os sistemas exercem função estruturante em relação à ocupação urbana e avaliar em que medida são satisfatórios.

Do ponto de vista da mobilidade da população, o panorama deverá trazer análises que identifiquem os fluxos de circulação de pessoas na região e, conforme a disponibilidade de dados, devem ser explorados: **a.** Qualidade do transporte em relação à mobilidade e acessibilidade; **b.** Eficiência dos modais; **c.** Integração entre eles.

4.1.4. Dinâmica econômica

A análise da dinâmica econômica busca trazer elementos que permitam o entendimento da estrutura produtiva da UR e das alterações mais recentes que resultam na atual configuração. No âmbito do desenvolvimento econômico, as análises priorizam a indicação de programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade da UR. Assim, o objetivo geral é fazer um levantamento detalhado da evolução econômica das unidades regionais, com foco nas implicações na estrutura industrial, na agropecuária e no setor de serviços.

Para dar suporte a essa temática, algumas questões deverão nortear a análise, entre elas: a) o perfil predominante da atividade econômica na UR; b) a organização da cadeia produtiva de tais atividades; c) as possíveis dificuldades de infraestrutura que se apresentam para o reforço das atividades produtivas.

Sempre que possível, a análise da dinâmica econômica também apontará a necessidade da mobilização da inovação, do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico – aspectos que são determinantes na afirmação e na aproximação de territórios, sobretudo em regiões diversificadas, nas quais, além de grandes concentrações urbanas, ainda subsistem áreas rurais.

Também fazem parte deste bloco as temáticas do emprego, da renda e da qualificação da mão de obra. Do ponto de vista da capacitação da mão de obra, deverão ser analisadas as transformações no trabalho exigidas pelas principais atividades presentes nos municípios, em face da oferta de qualificação existente.

Para mapear tendências da economia paulista, deverão estar presentes nas análises da dinâmica econômica os investimentos em curso e os que estão planejados. Para esse levantamento, serão usados os dados da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP) e também serão considerados os anúncios realizados por empresas privadas e estatais para investimentos no estado de São Paulo.

Os investimentos analisados são os que têm a finalidade de aumentar a capacidade produtiva das empresas e permitirão interpretar em que medida atendem a uma lógica de dinamização da economia da região.

As análises priorizarão a indicação de programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade, mas sempre tendo em vista a necessidade da coesão territorial.

As temáticas do turismo e de serviços deverão examinar seu potencial de expansão e, quando possível, avaliar as cadeias produtivas a montante e a jusante que devem ser reforçadas.

4.1.5. Dinâmica ambiental

Nesse tema serão identificadas e analisadas as condições de preservação e recuperação do patrimônio ambiental e da capacidade de produção de serviços ecossistêmicos, abrangendo a definição de alternativas de uso sustentável dos ativos ambientais disponíveis na RM.

Tendo como base as informações da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sima), o patrimônio ambiental será analisado por meio do levantamento das unidades de conservação (UCs) existentes (bem como daquelas em processo de criação), dos parques municipais e da vegetação nativa.

Deverão ser identificados os compartimentos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com reatamento na regulação do uso e ocupação do solo.

Serão mapeadas as principais bacias hidrográficas que conformam as regiões e levantadas as atuais e futuras condições de disponibilidade dos recursos hídricos, além da gestão dos recursos hídricos e do levantamento de comitês de bacias e câmaras temáticas.

As possíveis situações de risco e degradação ambiental, que acarretam redução da qualidade de vida, serão expressas por levantamentos das áreas sujeitas a alagamentos e com perigo de inundação, com o intuito de reunir diretrizes e ações destinadas à mitigação desses eventos extremos e promover maior resiliência.

4.1.6. Infraestrutura urbana

O tema saneamento ambiental está presente na infraestrutura urbana, assim, devem ser analisadas: a integração das redes de água e esgoto; o índice de perdas na distribuição; a coleta, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos.

Além da análise do nível de integração das redes existentes, será importante dimensionar em que medida o crescimento da malha urbana exerce pressões sobre os recursos naturais que levam ao incremento do consumo de água e de infraestrutura para o saneamento.

Para tanto, serão levantadas informações referentes ao acesso à rede de abastecimento de água, à coleta de esgoto e seu tratamento, com vistas a uma análise do provimento e da eficiência desses sistemas.

Para formular diretrizes que venham a promover melhoria das condições do serviço, será feito o levantamento do tratamento e destinação final de resíduos sólidos, por meio do mapeamento das infraestruturas de caráter metropolitano ou regional, bem como sua localização e área atendida.

Já a composição da matriz energética e os energéticos mais consumidos, bem como a intensidade do uso de energia e a participação setorial no consumo, serão analisados a partir dos dados do Anuário de Energéticos por município 2021 (ano base 2020), elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O avanço das mudanças climáticas e a crescente preocupação com as questões ambientais têm colocado o conceito de transição energética no centro do debate e trazem a necessidade de análise das fontes de geração de energia renovável.

4.1.7. Gestão pública e governança regional

A governança metropolitana ou regional, entendida como um sistema de cooperação entre níveis de governos, associações empresariais, universidades e sociedade, deve priorizar a formulação e a implementação de políticas públicas e projetos que garantam desenvolvimento sustentável, qualidade urbanística, equidade social, num contexto de reestruturação próprio dessa escala de urbanização.

A natureza e a dimensão dos problemas encontrados exigem soluções articuladas e integradas de diferentes setores, quer no que se refere aos serviços urbanos, quer no que diz respeito à provisão de infraestrutura.

Para a gestão integrada das FPICs, será necessária a coordenação horizontal e vertical entre os municípios, que devem trabalhar em conjunto com outros níveis de governança – reforçando a cooperação –, com vistas a incrementar os investimentos e serviços em uma escala territorial mais ampla. A governança deverá ser exercida por instâncias de planejamento que tenham legitimidade para promover diálogo entre os atores interfederativos e intersetoriais – como é o caso das agências regionais, secretarias de estado e conselhos de desenvolvimento. Dessa forma, essa temática deverá trazer as estruturas de governança e articulação existentes na RM, conselhos de desenvolvimento, comitês de bacias, comitês executivos, consórcios etc.

A escala do investimento das políticas públicas e dos projetos derivados dessa temática é elevada e, muitas vezes, os municípios que integram as regiões metropolitanas não têm condições de

arcar com o alto volume de recursos exigidos. Os indicadores de gestão fiscal e de capacidade de endividamento compõem a análise da disponibilidade de cada ente em integrar projetos com vistas à partilha de investimentos e de serviços que se façam necessários.

O panorama é, portanto, uma análise exploratória que visa apresentar as especificidades da região, por meio da coleta e organização de dados, da revisão bibliográfica e do levantamento de estudos e das contribuições apresentadas nas oficinas regionais. Ou seja, a metodologia pretende ser flexível de tal forma que possa incorporar temas que eventualmente venham a surgir nas rodadas de oficinas regionais.

As informações tratadas nas análises temáticas foram obtidas a partir de pesquisa nas bases de dados disponíveis e, também, em consultas a estudos apresentados pelo Governo do Estado e por suas secretarias, que pudessem contribuir para as análises.

As áreas temáticas até aqui descritas também formaram as linhas organizadoras do repositório de dados que foi disponibilizado à equipe participante do projeto, por meio do compartilhamento no *Google Drive*, plataforma escolhida pelo projeto para coletar, armazenar e gerenciar a grande quantidade de dados necessários às análises.

Para que haja disseminação dos conhecimentos gerados e dos dados digitais produzidos ao longo do processo de construção do PDUI, o repositório deverá migrar para a plataforma digital, ficando disponível para acesso público.

É importante mencionar que o panorama regional está baseado em mapas, cartogramas, tabelas e gráficos, procurando trazer a informação de forma sintética e compreensível. As informações dos documentos coletados para o panorama terão tratamento georreferenciado, sempre que possível, de maneira a possibilitar a análise integrada, favorecendo e evidenciando insumos para o macrozoneamento.

Por fim, o panorama regional deverá trazer subsídios para a elaboração do diagnóstico, que terá um caráter transdisciplinar, buscando uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais.

5. DIAGNÓSTICO

5.1. Objetivos do diagnóstico

O diagnóstico tem como objetivo principal elaborar uma **síntese a partir da análise transversal** das questões que emergiram no processo de leitura do ordenamento do território – dedicado ao mapeamento e à interpretação das macrozonas, zonas e instrumentos urbanísticos municipais – e das temáticas observadas no panorama regional.

Para atingir esse objetivo, a elaboração do diagnóstico teve um direcionamento metodológico que deriva da própria natureza dos PDUIs, em razão da forma como esses planos foram inseridos no sistema de planejamento metropolitano e como dialogam com os conceitos fundamentais do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

Na estruturação da política de desenvolvimento regional, a governança interfederativa apresenta-se como um eixo central do Estatuto, na medida em que estabelece princípios e instrumentos

visando ao compartilhamento de responsabilidades e à interação entre União, Estados e Municípios (artigo 2º, inciso IV).

A fragmentação de competências, comumente observada na condução dessa política de desenvolvimento urbano em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em geral desdobra-se em ações exclusivamente setoriais – com marcante viés municipalista. A organização sistêmica inerente às diversas funcionalidades metropolitanas – como as redes de infraestrutura de mobilidade e de saneamento, mas também necessária em relação ao meio ambiente, ao enfrentamento dos problemas habitacionais e ao equacionamento dos desequilíbrios socioeconômicos – pressupõe a integração da atuação dos entes federativos, como propõe o Estatuto, de forma *conjunta e cooperada* (artigo 10º, §4º).

É sob essa ótica que o Estatuto estabelece a noção de função pública de interesse comum (FPIC), definida como uma “*política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes*” (artigo 2º, inciso II). O conceito fundamenta-se, portanto, no compartilhamento de projetos, estruturas de gestão e mecanismos de investimento, mas também a partir do reconhecimento do próprio território e suas dinâmicas regionais, objetivo específico do diagnóstico.

Dentre os instrumentos apontados no artigo 9º do Estatuto para conduzir as FPICs, o PDUI é o principal mecanismo para construção da governança interfederativa. O plano é, portanto, elemento deflagrador do processo de identificação dos problemas e potencialidades da unidade regional.

O escopo mínimo atribuído ao PDUI o qualifica como principal orientador das políticas públicas, capaz de direcionar as ações de âmbito regional. O escopo contempla, em suma, as seguintes ações: a apresentação das diretrizes para as FPICs e a articulação intersetorial das políticas públicas; a proposta de um macrozoneamento para a unidade regional; as diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo; a delimitação de áreas com restrição à urbanização, a partir da proteção dos patrimônios ambiental e cultural e do controle de áreas de risco; a implantação de um sistema de acompanhamento e monitoramento do plano; e, por fim, diretrizes para uma política de regularização fundiária.

Como proposto por Santos (2018)¹⁷, e desenhado pelo Estatuto da Metrópole, o PDUI se assemelha, em termos de importância e em relação à centralidade que ocupa no sistema de planejamento regional, aos planos diretores previstos no Estatuto da Cidade, em escala municipal. E, mais além, por seu papel como articulador de instrumentos e de decisões da política urbana regional, bem como pelo conteúdo do seu escopo mínimo, constitui-se em um plano *com acentuada característica urbanística* (*ibidem*, p.498).

Portanto, o diagnóstico reconhece essa dimensão e parte de uma abordagem *urbanística* das questões regionais, ou seja, os diversos temas e elementos de análise são sistematicamente transpostos ao território e confrontados com as dinâmicas e processos de urbanização da unidade regional, de forma a observar seus desdobramentos, sempre que possível, em aspectos físico-territoriais.

17 SANTOS, Marcela de O. **Interpretando o Estatuto da Metrópole**: comentários sobre a Lei nº 13.089 de 2015. In: MARGUTI, Bárbara O.; COSTA, Marco A.; FAVARÃO, César B. (org.). **Brasil Metropolitano em Foco**: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole, v.4, Cap. 17, p. 457-513. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32908. Acesso em: 3 setembro 2021

Nesse sentido, a estruturação de áreas transversais, conforme exposto, buscou não somente correlacionar as leituras temáticas, mas também sublinhar essa dimensão urbanística dos problemas e potencialidades identificados, de forma a auxiliar as próximas etapas, de caráter propositivo. Os problemas urbanísticos são aqui colocados como aqueles que serão equacionados por meio de projetos urbanos de escala metropolitana – e até mesmo macrometropolitana.

5.2. Estrutura da análise

5.2.1. Áreas transversais

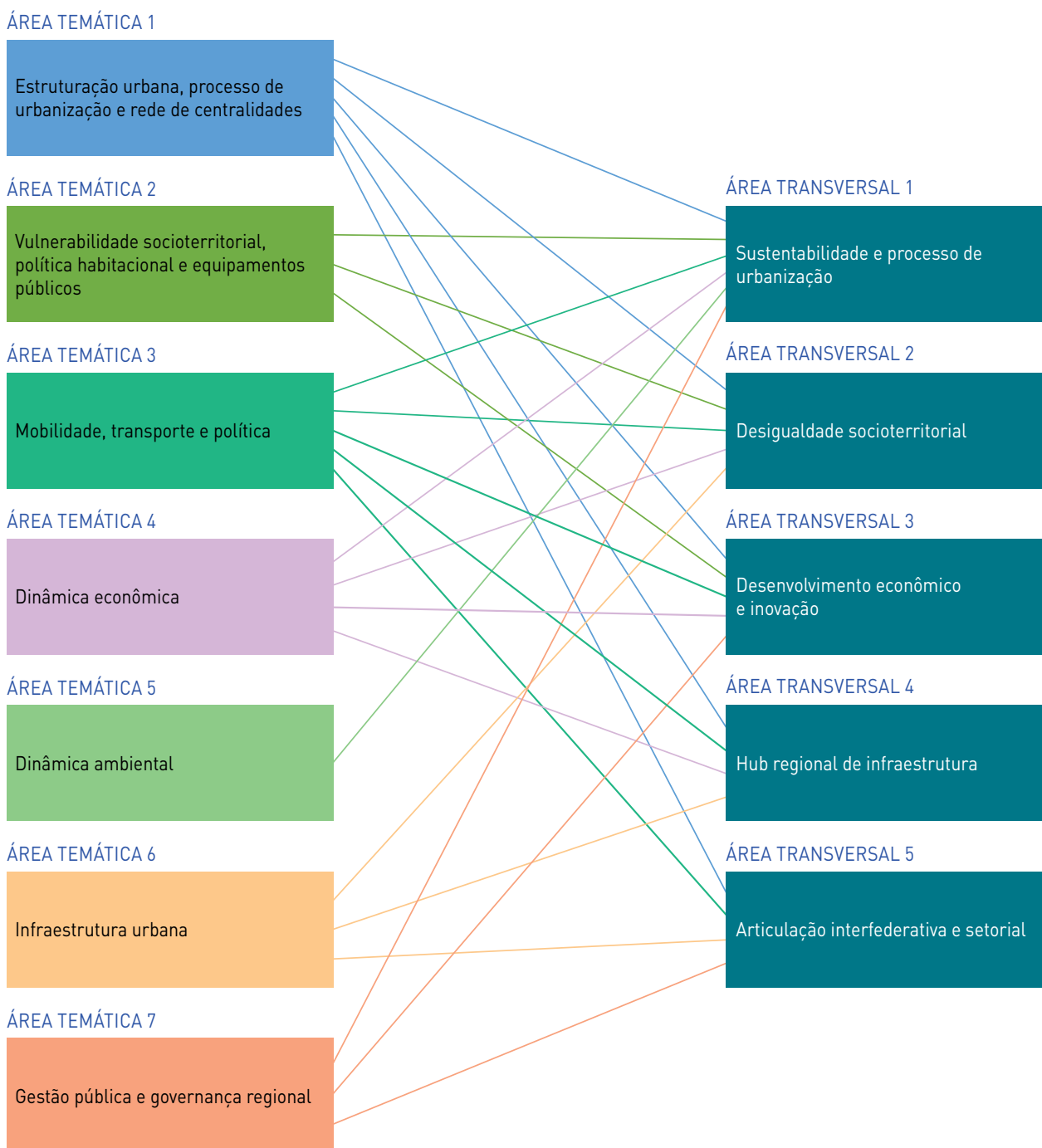
As análises se dividem em dois momentos. Primeiro, foram estruturadas as *áreas temáticas*, responsáveis por organizar o levantamento e a prospecção de dados, bem como por sistematizar as leituras do ordenamento do território e do panorama regional.

Conforme já visto, foram, ao todo, sete *áreas temáticas*, assim divididas: estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades; vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos; mobilidade, transporte e logística; dinâmica econômica; dinâmica ambiental; infraestrutura urbana; e gestão pública e governança regional.

Na sequência, a interpretação e a análise cruzada dessas *áreas temáticas* deram origem às *áreas transversais*, com caráter transdisciplinar, e que buscam uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais¹⁸. Elas reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano das unidades regionais – em suma, são responsáveis por nortear a identificação de problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais no PDUI.

Foram definidas, ao todo, cinco áreas transversais e suas correspondências com as áreas temáticas conforme representado na figura 5:

FIGURA 5. ÁREAS TRANSVERSAIS E SUAS CORRESPONDÊNCIAS COM AS ÁREAS TEMÁTICAS



As áreas transversais buscam, ainda, articular as etapas de análise e proposição. Assim, consideram que essa articulação e suas transformações sejam vínculos dinâmicos – que se constroem e se atualizam no tempo. Dessa forma, as áreas transversais se constituem em insumos para o detalhamento do ordenamento territorial:

- i. especificar diretrizes para as macrozonas, considerando suas vocações e seu objetivo específico de orientar o planejamento do uso e ocupação do solo na unidade regional, servindo de referência para a revisão de planos municipais;
- ii. apresentar bases para definição de ações que busquem a articulação setorial das políticas de âmbito regional, considerando as funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos;
- iii. evidenciar, quando oportuno, a presença de recortes específicos do território que permitem articular as ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações especiais e a utilização de instrumentos urbanísticos.

5.3. Mapas-síntese e questões orientadoras

Como cada área transversal agrega amplo conjunto de leituras temáticas, optou-se por subdividi-las de acordo com questões orientadoras. Essas questões são um guia para a elaboração das análises cruzadas da RMSJRP e derivam, inicialmente, de uma percepção geral das principais problemáticas tipicamente presentes no processo de metropolização do território paulista.

Em termos metodológicos, para cada conjunto de questões orientadoras foi elaborado um mapa-síntese, responsável por expressar, territorialmente, as leituras e auxiliar na interpretação dos resultados. Os mapas-síntese buscam realizar, portanto, a conexão entre as análises e a dimensão urbanística que conduz o diagnóstico – conforme explorado anteriormente nos objetivos.

A seguir, são apresentadas as questões e as áreas temáticas que serão utilizadas pela Unidade Regional para elaboração dos mapas-síntese.

Sustentabilidade e processo de urbanização

Objetivos

Apontar as principais potencialidades da estruturação urbana da RM e sua relação com os ativos ambientais. À luz dessa estruturação, correlacionar as dinâmicas ambientais e os recursos hídricos – suas fragilidades, seus riscos em relação às mudanças climáticas e seus instrumentos de planejamento e gestão – com as condições de desenvolvimento econômico e urbano na UR. Esse cruzamento deve ser interpretado, também, em função dos padrões de expansão da área urbanizada no processo de metropolização, considerando os processos de dispersão da mancha urbana e a pressão sobre as áreas não urbanizadas, de interesse ambiental ou agrícola.

Questões orientadoras

a. Inserção regional e estruturação metropolitana:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 3 e 4

- Quais as especificidades da UR na rede urbana paulista e suas articulações regionais?

- Quais as centralidades que polarizam a UR? Quais os ativos urbanos que merecem destaque?
- Todos os municípios são integrados na estrutura da UR?
- Existem municípios que, em função de afinidades funcionais, agregam-se às dinâmicas de outras URs?

b. Expansão e dispersão da área urbanizada:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 2 e 5

- A UR apresenta expansão significativa da área urbanizada nos últimos anos? Quais os principais vetores de expansão?
- Qual o padrão de urbanização presente na expansão recente?
- A expansão urbana ocorre a partir de ocupações formais ou com algum grau de precariedade e informalidade?
- Existem conflitos entre os vetores de expansão urbana e áreas de interesse ambiental?

c. Fragilidades ambientais, recursos hídricos e riscos climáticos:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 2 e 5

- Existem unidades de conservação (UCs) significativas na UR? Essas UCs contam com instrumentos de planejamento e de gestão?
- Existem estratégias para proteção, conservação e restauração dos biomas, assegurando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos?
- Foram identificadas propostas de corredores de biodiversidade?
- Quais os níveis de cobertura de vegetação nativa na UR? O tema contribui para o risco de sustentabilidade hídrica na UR?
- Existem conflitos entre áreas de risco e urbanização, incluindo a presença de assentamentos precários?

d. Efetividade da regulação urbanística e do ordenamento territorial:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 5 e 7

- Qual o cenário atual dos municípios da UR em relação à presença/utilização de instrumentos de planejamento urbano? Os instrumentos existentes são suficientes para atingir os objetivos de ordenamento territorial?
- Os planos diretores identificados apresentam diretrizes territorializadas/especializadas?
- A estruturação territorial indicada pelo conjunto de planos diretores responde satisfatoriamente aos conflitos urbano-ambientais identificados?
- Quais conflitos e oportunidades foram identificados para o uso coordenado de instrumentos da política urbana?

Desigualdade socioterritorial

Objetivos

Analisar as vulnerabilidades socioeconômica e territorial, bem como a forma de inserção dos municípios nas dinâmicas regionais, apontando os principais desequilíbrios existentes. Essa abordagem será realizada sob a dimensão da política habitacional – em especial a caracterização de assentamentos precários, demanda habitacional emergencial e a dimensão socioeconômica – com foco nas condições de acesso a bens e serviços e no impacto do desenvolvimento econômico na redução da desigualdade urbana.

Questões orientadoras

a. Desequilíbrios socioeconômicos:

Áreas temáticas mobilizadas: 2 e 4

- Quais as assimetrias entre os municípios, considerando os indicadores de vulnerabilidade e riqueza?
- Existem desequilíbrios na distribuição de emprego na UR? Existem diferenças no rendimento e no nível de escolaridade para as vagas ofertadas?
- Os municípios com maior vulnerabilidade em termos de emprego e renda têm acesso a equipamentos e programas voltados à qualificação da mão de obra?
- Existem programas ou políticas específicas para o enfrentamento e a redução de desigualdades, incluindo a melhoria do acesso a bens e serviços?

b. Acesso a equipamentos e ativos econômicos:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 2, 3 e 4

- A utilização dos equipamentos de saúde, cultura e esporte de alcance regional é polarizada em quais municípios?
- A demanda por atenção básica de saúde está coberta nos municípios, ou gera deslocamentos e pressões na rede regional?
- As atividades de comércio e serviço e ativos econômicos estão concentradas ou distribuídas entre diferentes centros?
- Os principais ativos equipamentos e ativos econômicos identificados são acessíveis por meio de transporte público para a população de baixa renda?

c. Precariedade habitacional e política de habitação de interesse social:

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 2 e 6

- Os assentamentos precários estão concentrados em quais municípios da UR?
- Nos municípios onde esses assentamentos são identificados, existem instrumentos ou políticas específicas para habitação de interesse social e regularização fundiária?
- Como se distribui a produção de habitação de interesse social no território?

Desenvolvimento econômico e inovação

Objetivos

Avaliar a diversidade de atividades econômicas na UR, perspectivas de crescimento, as principais barreiras para o desenvolvimento e as condições de promoção de um ambiente inovativo, seja mediante políticas específicas ou pela sinergia de agentes econômicos existentes. Aborda, também, a intensidade tecnológica das atividades econômicas, os programas e parcerias que visem à superação das desigualdades, o potencial de atuação do poder público e agentes privados como indutores da transformação e os principais processos de transformação do solo rural em função da presença significativa da produção agropecuária na UR.

Questões orientadoras

a. Perfil econômico dos municípios e diversificação das atividades:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 3 e 4

- Qual perfil e função o município cumpre na UR? As atividades econômicas estão concentradas, existem polos específicos?
- Existe a consolidação de um ecossistema econômico diverso, baseado na multiplicidade de atividades econômicas urbanas e rurais?

b. Perspectivas de investimento e impasses ao desenvolvimento econômico:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 2, 4 e 7

- Quais os principais desafios para potencialização ou diversificação das atividades econômicas?
- Qual o grau de controle das contas públicas dos municípios na UR? Esses municípios têm maior capacidade de investimento?
- Quais são as cadeias produtivas que devem ser trabalhadas/reforçadas na UR para incremento da inserção competitiva?
- Quais investimentos previstos merecem ser destacados?

c. Incentivo à inovação e tecnologia:

Áreas temáticas mobilizadas: 1 e 4

- Existem atividades que permitam identificar a formação de um ambiente inovativo na UR?
- Qual o peso das atividades econômicas com média-alta e alta intensidade tecnológica na UR?
- Existem programas voltados à inovação e à economia criativa?

d. Produção agropecuária e transformação do solo rural:

Áreas temáticas mobilizadas: 3, 4 e 5

- Qual a relevância da produção agropecuária no contexto econômico regional? Houve valorização da terra rural em função da atividade agropecuária?
- Quais são as mudanças de uso e cobertura da terra mais significativas que vêm sendo observadas na UR? Para onde as distintas culturas presentes na UR, cana-de-açúcar e laranja em especial, estão se expandindo e/ou retraíndo?

- Como se distribuem as principais culturas agrícolas no município? Há sinais de substituição de culturas, perenes ou temporárias?
- Considerando a importância da produção sucroalcooleira no Estado, existe pressão da produção em relação aos ativos ambientais e riscos climáticos na UR? Observa-se transferência para outras áreas de plantio, seja no estado de SP ou em estados vizinhos?
- Em função das dificuldades e dos riscos que afetam a produção e a sustentabilidade econômica da citricultura, muitos produtores têm abandonado a atividade em busca de alternativas mais rentáveis, como a cana-de-açúcar. Quais as perspectivas do cultivo de laranja no que se refere, principalmente, aos problemas fitossanitários?

Hub regional de infraestrutura

Objetivos

Avaliar as condições de distribuição e funcionamento do complexo de redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional, de forma a apontar a cobertura e a conectividade em relação aos municípios da UR. Deve abordar, ainda, as limitações e os planos de expansão da rede básica de saneamento e suas implicações ambientais, as estratégias para ampliação da conectividade urbana, com foco na promoção da acessibilidade de pessoas e melhoria nos fluxos da atividade logística.

Questões orientadoras

a. Mobilidade e acessibilidade regional

Áreas temáticas mobilizadas: 1 e 3

- A distribuição da rede de mobilidade garante a conectividade e a acessibilidade de todos os municípios da UR?
- A infraestrutura rodoviária existente é suficiente quanto à mobilidade de pessoas e cargas?
- O transporte público oferece suporte à mobilidade regional da população em relação aos principais deslocamentos identificados?
- Que potencialidade é identificada, a partir do conjunto de redes de mobilidade ofertado e planejado?

b. Universalização dos serviços de saneamento básico:

Áreas temáticas mobilizadas: 1 e 6

- Quais as principais lacunas identificadas quanto ao abastecimento de água e a cobertura e tratamento de esgoto?
- Quais municípios merecem atenção no contexto da unidade regional quanto à universalização dos serviços de saneamento básico?

c. Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos

Áreas temáticas mobilizadas: 1 e 6

- Quais os principais desequilíbrios em relação à gestão de resíduos sólidos?
- A infraestrutura voltada ao tratamento e disposição de resíduos sólidos é suficiente para as demandas da unidade regional?

- Consumo, geração e diversificação da matriz energética
- Áreas temáticas mobilizadas: 4 e 6
- Existe demanda expressiva da atividade econômica?
- Existem programas ou experiências locais em relação à geração de energia renovável e fontes mais limpas de energia?

Articulação interfederativa e setorial

Objetivos

Relacionar os órgãos e instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e os níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais. Envolve o panorama da administração, suas ferramentas e sistemas de monitoramento do planejamento urbano, e lacunas para a construção e condução de funções públicas de interesse comum (FPICs). Este tema, em especial, não será abordado a partir de mapas-síntese, mas sob a forma de discussão dos principais elementos identificados.

Questões orientadoras

a. Potencialidades e lacunas na gestão das FPICs:

Áreas temáticas mobilizadas: 1, 3, 6 e 7

- Quais articulações intermunicipais e interfederativas foram identificadas?
- Foram identificadas concessões ou formas de governança específicas das funções setoriais (mobilidade, saneamento etc.)? Em que medida impactam o possível planejamento e a gestão integrada na UR?
- Os planos e sistemas de mapeamento e monitoramento das políticas urbanas e regionais são suficientes e adequados em todos os municípios da UR?

6. CADERNO DE PROPOSTAS

A fase propositiva desse estudo, da qual os cadernos de propostas preliminar e final decorrem, resulta dos conhecimentos acumulados e consolidados ao longo do processo de construção do PDUI, conforme descrito nos itens anteriores. A partir deles, como visto, foram estabelecidos parâmetros conceituais e operacionais para a formulação do plano.

Retomando aspectos já apresentados, o percurso que conduziu o trabalho consistiu nas várias etapas a seguir: organização e elaboração de dados de naturezas diversas para reconhecimento do território; análises que consolidaram o panorama regional, apoiado em áreas temáticas elencadas como essenciais; e o diagnóstico da unidade regional, etapa que – a partir da definição de um elenco de temas transversais – identificou e avaliou as principais questões a serem enfrentadas por meio de políticas públicas regionalizadas. O Caderno Preliminar de Propostas encerra um momento de síntese preliminar e o Caderno Final de Propostas já incorpora as contribuições oriundas do processo participativo.

6.1. Caderno Preliminar de Propostas

O Caderno Preliminar de Propostas, assim como o ordenamento territorial, foi elaborado com base nos documentos que o antecederam, e em dois momentos: foi o instrumento compartilhado durante o processo participativo e foi a base para as discussões a partir das quais foi possível estabelecer um diálogo com a sociedade civil e receber críticas e contribuições. Na sequência, as contribuições recebidas foram organizadas com base na metodologia desenvolvida para captar, avaliar e selecionar aquelas a serem incorporadas ao caderno final de propostas, conforme será visto a seguir.

O Caderno Preliminar de Propostas é um produto intermediário, que forneceu insumos para estimular o debate durante o processo participativo, etapa crucial da elaboração dos PDUIs. Ele contém uma versão preliminar de ordenamento territorial regional, com conceitos, caracterização e diretrizes, acompanhada de representação cartográfica do mapa da proposta preliminar do MZ Regional, com indicação de estratégias de ação metropolitana e de áreas de interesse metropolitano. O volume apresenta, também, um conjunto de propostas preliminares para as FPICs, que deverão ser aperfeiçoadas a partir da colaboração dos gestores públicos e da sociedade civil presentes a partir das audiências públicas.

6.2. Caderno Final de Propostas

O Caderno Final de Propostas consolida os conteúdos produzidos no âmbito do projeto, destacando a linha metodológica de trabalho adotada e o teor das contribuições e propostas recebidas ao longo do processo participativo, considerando a *construção do PDUI* sob dois enfoques: seus fundamentos e as tendências a serem observadas, da análise às proposições.

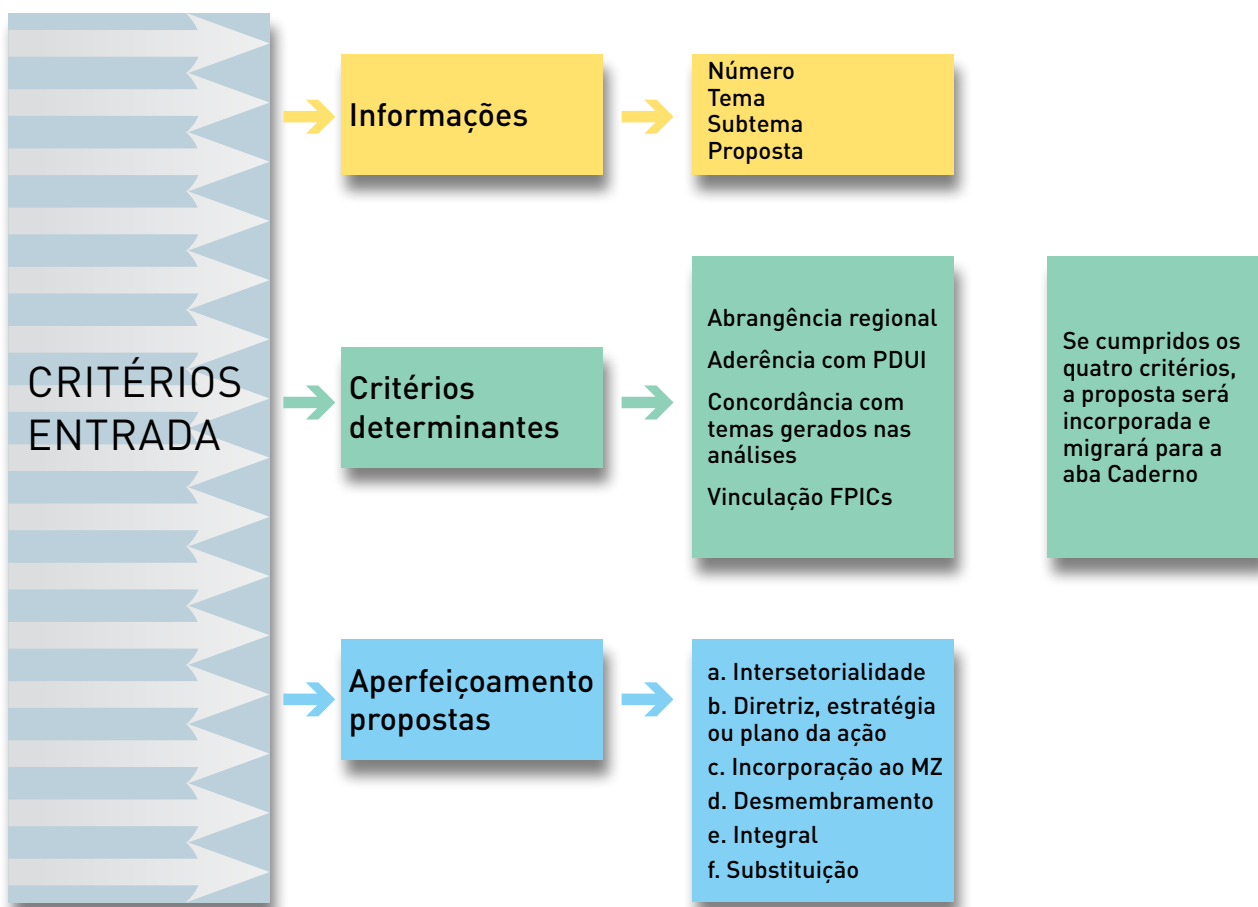
Do Caderno Preliminar de Propostas ao Caderno Final de Propostas todo um processo foi desencadeado para recebimento, avaliação e seleção das contribuições oriundas do processo participativo que, uma vez consideradas pertinentes, integrariam o caderno final.

6.2.1. Metodologia para avaliação e incorporação de propostas oriundas do processo participativo

A etapa do processo participativo envolveu oficinas regionais, reuniões de grupos de trabalho temáticos e audiências públicas. Uma vez concluída essa etapa, e recebidas as propostas do poder público e da sociedade civil enviadas pela plataforma digital, o passo seguinte foi a análise e a seleção destas contribuições para a construção do PDUI¹⁸. O resultado deste trabalho é apresentado no formato de planilhas, nas quais se pode visualizar em detalhe cada proposta apresentada, e entender o tratamento que a mesma recebeu da equipe técnica. Nessas planilhas estão registradas as contribuições enviadas ao longo do processo de participação, até o momento em que foram realizadas as audiências públicas. Para melhor compreensão da análise e avaliação de enquadramento das propostas, foi estabelecido um conjunto de critérios objetivos de avaliação e de incorporação das mesmas.

O Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas (P9) contém, na íntegra, os critérios de análise e avaliação de enquadramento das propostas apresentadas, no item sobre a metodologia do processo de trabalho para avaliação e incorporação das propostas recebidas. Já o Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições (P12) traz um roteiro criterioso da trajetória percorrida pelas propostas feitas pela sociedade civil e pelos poderes públicos estadual e municipais ao PDUI.

FIGURA 6. METODOLOGIA PARA ANÁLISE E INCORPORAÇÃO DAS PROPOSTAS



18 Ver P9 Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas e P12 Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições.

O percurso feito para análise das propostas estabelece inicialmente um conjunto de critérios claros e objetivos baseados tanto na Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metr pole) como nas leis que criaram as respectivas unidades regionais – regiões metropolitanas e aglomera es urbanas – objeto desse projeto.

Para a classifica o das propostas, foi desenvolvida uma planilha com três abas: Critérios de entrada, Caderno e Justificativa. A primeira aba indica os critérios de entrada e fundamentos críticos que permitem a classifica o subsequente de aceita o/incorpora o ou não aceita o da proposta. Nessa planilha, foram inseridas todas as propostas recebidas, organizadas pelas quatro temáticas que abrigam as Fun es Públicas de Interesse Comum (FPICs): Planejamento Territorial e Uso do Solo; Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos; Mobilidade e Transporte; e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social. O resultado dessa primeira análise traz um primeiro enquadramento das propostas recebidas.

A segunda aba – **Caderno** – destina-se a receber as propostas classificadas como aceitas ou aceitas parcialmente na aba anterior, promovendo, também, seu enquadramento em orienta es mais específicas, de forma a aprimorá-las e refiná-las. Posteriormente, elas vão integrar o Caderno de propostas (ainda com status preliminar), a fim de serem apresentadas às câmaras temáticas do PDUI, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da UR.

A terceira aba da planilha de trabalho – **Justificativa** – traz as propostas recusadas, ou mesmo aquelas que podem ter encaminhamento institucional como alternativa de análise de demandas de políticas setoriais, formuladas pelas administra es municipais e que fogem ao escopo do PDUI. São exemplos, algumas propostas nas áreas da saúde, segurança pública e educa o. Esta planilha propõe-se a justificar o não acolhimento de determinada proposta. Vale destacar que o PDUI   um plano de ordenamento territorial, que trará diretrizes para a interven o regional. Nesse sentido, cabe reiterar que a demanda e o atendimento de políticas setoriais específicas são realizados pelas secretarias estaduais, responsáveis pelo desenho da política pública.

O passo seguinte foi a defini o de 10 critérios e suas justificativas a serem observados no processo de análise de cada proposta recebida (aba 1), sendo que quatro desses critérios devem ser necessariamente satisfeitos para que ocorra a aceita o da proposta. São eles: 1) Ter abrangência regional; 2) Possuir aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metr pole; 3) Possuir aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das unidades regionais; 4) Estar vinculada a alguma FPIC citada na lei de cria o da UR. Complementarmente, os seis critérios subsequentes, a saber: intersectorialidade; identifica o com diretriz, estratégia ou plano de a o; incorpora o ao macrozoneamento. Os demais critérios (8, 9 e 10) procuram analisar se a proposta necessita de desmembramento, se pode ser incluída integralmente ou se precisa ser substituída por outra proposta mais estruturada. Muitas vezes, as propostas cont m mais de um programa ou a o, de modo que fragmentos dessas propostas podem ser destinados a mais de uma proposta estruturada.

O enquadramento nesses critérios resulta na seguinte classifica o: **Aceita**, **Parcialmente Aceita** ou **Não Aceita**. A aba Caderno, para a qual migraram as propostas aceitas e as parcialmente aceitas, procura produzir um criterioso inventário de propostas.

Assim, os três últimos detalhamentos das propostas incorporadas/aceitas indicam os instrumentos necessários para que as mesmas sejam implementadas ao longo dos 10 anos de vigência do

PDUI. Além dos instrumentos de planejamento e gestão territorial, a implementação das propostas do PDUI será viabilizada pela utilização de instrumentos urbanísticos, ambientais e financeiros, de caráter urbano e/ou metropolitano, previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole e na lei complementar que criou a RMSJRP. Dentre esses, destacam-se: a) Consórcios públicos; b) Contratos de gestão; c) Parcerias Público-Privadas (PPPs); d) Compensação por prestação de serviços de interesse metropolitano, entre eles o pagamento por serviços ambientais / ecossistêmicos; e) Operações urbanas consorciadas; f) Fundo Metropolitano de Desenvolvimento com participação dos entes federativos;

A aba Justificativa da planilha de análise das propostas busca fundamentar as causas da não incorporação de cada uma delas.

Importante destacar que o número de contribuições recebidas, seja do poder público, seja da sociedade civil, superou as expectativas de engajamento, comprovando o processo democrático, a transparência e o alcance do projeto, cujo processo participativo foi amplamente divulgado por diversos meios de comunicação – especialmente na plataforma digital do PDUI.

Por fim, além do resultado do enquadramento das propostas advindas do processo participativo e das análises visando às proposições finais, o Caderno final de propostas incorporou dois enfoques que marcaram a construção do PDUI, quais sejam: os fundamentos do processo de urbanização e metropolização e as tendências internacionais a serem observadas, procurando alinhar as propostas incorporadas aos PDUIs com as megatendências do desenvolvimento regional.

O item Construção do PDUI – Fundamentos traz um minucioso perfil do padrão de urbanização contemporâneo, a partir de conceitos e estudos desenvolvidos sobre o tema nos universos mundial, brasileiro e paulista. Um mergulho nos diversos aspectos que permeiam o complexo processo de urbanização e metropolização que ocorre em todo o planeta – provocando mudanças radicais no modo de vida das pessoas.

As análises do modo de organização das dinâmicas urbanas e econômicas na unidade regional foram fundamentais para apontar quais questões poderiam ser equacionadas pelos novos planos em elaboração. Para tanto, o desenho metodológico do PDUI baseou-se no cruzamento de dados prospectados em diferentes áreas temáticas, dando origem às áreas transversais, conforme já descrito, responsáveis pela integração entre áreas setoriais tradicionais, identificando problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais.

Já o segundo item, Construção do PDUI – Tendências, aponta para o futuro. A partir de análises de megatendências e projeções ricas em dados e informações – que sinalizam para a direção a seguir em diversos setores, como economia, meio ambiente, ciência e tecnologia – são listados os desafios impostos e as oportunidades oferecidas às cidades que integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Análise fundamental para conduzir as propostas e diretrizes incluídas no Caderno de propostas.

Para dar conta desse esforço que o processo de desenvolvimento metropolitano exige – e para o enfrentamento dos desafios postos –, a ação interfederativa é condição fundamental para planejar a execução das ações derivadas das diretrizes que integram o PDUI, dado que áreas metropolitanas são premidas a empreender investimentos urbanos altamente complexos, dispendiosos e de longo prazo, que não se adequam apenas à base de arrecadação tributária. Esse quadro geral dá sustentação às abordagens adotadas tanto no campo analítico quanto propositivo.

PARTE II.
PROCESSO PARTICIPATIVO

1. Mecanismos de participação, negociação e pactuação para viabilizar o PDUI

Segundo o Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, art. 8º, “A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica: I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades regionais; II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III – organização pública com funções técnico-consultivas; e IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas”.

O Estatuto da Metrópole estabelece as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum (FPICs) nas regiões metropolitanas e nas aglomerações urbanas instituídas pelo Estado. Uma de suas exigências é a realização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), instrumento de governança interfederativa, cujos objetivos e conteúdos mínimos estão contidos na Lei Federal. As FPICs, por sua vez, são definidas no Estatuto da Metrópole, em seu art. 2º, inciso II, como: [...]“política pública, ou ação nela inserida, cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”. As FPICs são, portanto, o objeto do PDUI.

A partir dessa premissa, coube à Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), em atendimento a uma demanda do Governo do Estado de São Paulo, a missão de realizar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região metropolitana de São José do Rio Preto. O desafio foi assumido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), contratada para elaborar este plano.

O trabalho, iniciado em agosto de 2022, teve como propósito preliminar integrar todos os agentes comprometidos com a construção de um desenvolvimento regional planejado. Com sinergia, a Fipe envolveu no processo os poderes públicos municipais e estadual, a sociedade civil organizada, o cidadão individual e o Ministério Público: todos juntos trabalhando por um futuro sustentável para o estado de São Paulo.

Dessa maneira, o processo de construção do PDUI ocorreu em ambiente de ampla participação dos diversos atores envolvidos em todas as etapas. Considerando a complexidade de seu objeto e seu formato interfederativo (participativo e democrático), buscou-se consensos entre os diversos entes – o que exigiu a definição de mecanismos de participação, negociação e pactuação necessários à criação do plano. E, para estabelecer um diálogo permanente, foram disponibilizados os seguintes instrumentos e meios de comunicação: plataforma digital, oficinas regionais, grupos de trabalho, audiências públicas e câmaras temáticas, além de reuniões realizadas por demanda de entidades públicas e não governamentais.

Importante enfatizar que, em atendimento ao art. 10º, §40 do Estatuto da Metrópole, a sociedade civil organizada em entidades e o cidadão individual tiveram a oportunidade de participar e de enviar suas contribuições por meio dos canais e mecanismos de participação implantados com esta finalidade. Também foi assegurada a presença do Ministério Público em todas as etapas de construção do PDUI, principalmente no processo participativo (Anexo 1), além do esforço de comunicação compartilhado entre Estado e municípios para divulgação do calendário de eventos, explicando sua finalidade, etapas e métodos, garantindo a máxima transparência.

2. Organização do processo participativo

Para compor um quadro de participação efetivo e equilibrado, inicialmente foram identificados os segmentos técnicos das prefeituras, a partir de um esforço de interação com os governos municipais. Primeiro, por meio de correspondência (**Anexo 2**) enviada aos prefeitos pelo secretário de Desenvolvimento Regional, Rubens Emil Cury, em que apresentou o projeto e solicitou a participação de seus técnicos no processo de elaboração do PDUI. Na sequência, o coordenador geral do projeto Fipe-SDR, Andrea Calabi, também por meio de correspondência (**Anexo 3**) dirigida aos secretários municipais, solicitou a indicação de representantes técnicos das diversas pastas para participarem da construção do PDUI.

Desde o início do processo participativo, a equipe da Fipe organizou extensa rede de contatos, integrada por prefeitos, secretarias municipais, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos. O levantamento e a coleta de informações envolveu a consulta aos sites das 37 prefeituras municipais que compõem a unidade regional, além da busca, avaliação e seleção de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil (universidades, categorias profissionais, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, associações, dentre outros) para compor um *mailing list* representativo, por meio do qual foram enviados convites para as oficinas regionais, audiências públicas, grupos de trabalho setoriais e câmaras temáticas.

Essas iniciativas permitiram consolidar um *mailing list* de potenciais participantes nos debates programados, resultando um total de 607 referências (545 do poder público e 62 da sociedade civil). A abrangência do *mailing list*, continuamente atualizado, associada ao alcance e à interação permitidos pela plataforma digital, possibilitou o acesso de centenas de pessoas às atividades realizadas até o final do processo, entre representantes do poder público (estadual e municipais), da sociedade civil, da Fipe, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Ministério Público. Também foi disponibilizado um e-mail de contato com as equipes da Fipe e da Secretaria de Desenvolvimento Regional: pdui@fipe.org.br.

A seguir, serão detalhados os instrumentos disponibilizados para facilitar e estimular a participação social na construção do PDUI.

2.1. Plataforma digital

A criação da plataforma digital, gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional/Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, com apoio da equipe Fipe, permitiu a total interação entre os participantes, o compartilhamento de informações, dados, notícias e vídeos relacionados ao planejamento e ao desenvolvimento regional e à divulgação dos documentos técnicos produzidos.

Com tecnologia mais moderna e novas funcionalidades - recurso de exportação de eventos/reuniões para o Google Agenda, layout responsivo (mobile) com acessibilidade, estatísticas de acesso, botão de consentimento LGPD -, a plataforma possibilitou a participação popular por meio de ambientes específicos para o poder público e para a sociedade civil, nos quais gestores e cidadãos puderam fazer comentários e enviar suas propostas.

Em resumo, a plataforma deu suporte à comunicação pública e à divulgação do processo participativo - garantindo sua transparência - e disponibilizou ferramentas digitais eficazes de participação

popular. Durante as audiências públicas, por exemplo, foi apresentado previamente o Caderno preliminar de propostas, e as contribuições pleiteadas foram captadas pelo mesmo sistema. Por meio da plataforma, o cidadão pôde também acessar os vídeos das reuniões e suas respectivas memórias.

Os materiais de divulgação produzidos estão disponíveis na aba Notícias da plataforma digital (<https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>).

2.2. Oficinas regionais

De 6 a 7 de outubro de 2022, foram realizadas três oficinas regionais para a unidade regional (UR). O processo de preparação e realização das reuniões objetivou a leitura unificada dos planos diretores municipais da UR. Como resultado dos debates ocorridos no âmbito das oficinas regionais, a partir do panorama regional e da leitura unificada da legislação municipal, foi elaborado o documento “Sistematização dos resultados das oficinas regionais” (Produto 6), disponível na plataforma digital. O documento apresenta o olhar da equipe da Fipe sobre os planos diretores, as leis de uso e ocupação do solo municipais e legislações urbanísticas em geral.

Na sequência, uma ficha técnica dessa leitura unificada, contendo a nomenclatura proposta pela equipe da Fipe, foi enviada para conhecimento e validação das prefeituras municipais. É importante registrar a validação da leitura unificada feita pelas prefeituras, embora nem todos os municípios tenham dado devolutivas. Ao final do processo, todas as sugestões de ajustes encaminhadas à Fipe foram consideradas. Além disso, a equipe técnica realizou algumas reuniões em atendimento a demandas específicas de algumas prefeituras e da sociedade civil para dar esclarecimentos e sanar possíveis dúvidas.

Os debates ocorridos nesse contexto tiveram como pano de fundo as seguintes áreas temáticas das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): Planejamento territorial e uso do solo; Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos; Desenvolvimento econômico e Atendimento social; Transporte e sistema viário regional.

A partir do mailing list, ao longo das duas semanas que antecederam a realização das oficinas regionais, foi realizada intensa mobilização por e-mail e contatos telefônicos, para explicar a importância da participação técnica dos representantes indicados pelos prefeitos e/ou secretários municipais. O balanço dessa mobilização resultou na confirmação de boa parte dos convidados para o debate.

2.2.1. Balanço da participação nas oficinas regionais

UR São José do Rio Preto	Data	Total de participantes (PMs+Sociedade Civil+Fipe/SDR)	Prefeituras e sociedade civil	Fipe/SDR
Nova Granada e Tanabi	06/10/2022	28	11	17
Total da OR		28	11	17
José Bonifácio	06/10/2022	24	8	16
Total da OR		24	8	16
São José do Rio Preto	07/10/2022	51	35	16
Total da OR		51	35	16
Total das Oficinas		103	54	49

As oficinas regionais também foram uma oportunidade para explicar aos participantes a necessidade de realização do PDUI, em cumprimento ao que estabelece o Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015), com o envolvimento obrigatório dos entes federativos e da sociedade civil. Para os representantes municipais, as oficinas deixaram claro que o PDUI é um referencial metropolitano para os planos diretores em fase de revisão ou de elaboração.

2.2.2. Roteiro e pauta temática das oficinas regionais

As oficinas regionais ocorreram em formato virtual, com duração de três horas e roteiro pré-estabelecido, que incluía: (i) saudação de boas-vindas gravada em vídeo do Coordenador Geral do projeto, Andrea Calabi (disponível na plataforma digital); (ii) orientações iniciais sobre a dinâmica de trabalho; (iii) apresentação do Panorama Regional pelo coordenador da UR; (iv) apresentação das especificidades da sub-região (por pesquisador da equipe Fipe); (v) abertura para os debates, sobre os temas: Desenvolvimento urbano e meio ambiente, envolvendo os subtemas: macrozoneamento, rede de centralidades, vulnerabilidade socioterritorial, dinâmica ambiental e saneamento ambiental; Desenvolvimento socioeconômico e mobilidade e transportes, com os subtemas: dinâmica demográfica, dinâmica econômica e estrutura produtiva, transporte e logística e energia; (vi) encerramento.

2.2.3. Pauta temática para apresentação do Panorama Regional nas oficinas regionais

- **Desenvolvimento urbano da UR** – Demografia, rede de cidades e centralidades intraurbanas de caráter regional.
- **Macrozoneamento** – Questões ambientais: ativos existentes na região; balanço hídrico; saneamento ambiental.
- **Dinâmica econômica da região** – Atividades econômicas com relevância no estado; atividades econômicas com engate no exterior, em outros estados e outros municípios do estado de São Paulo.
- **Mobilidade e transportes** – Sistema viário regional: rodovias, ferrovias, aeroportos; gargalos existentes no setor.
- **Questões sociais e específicas da região.**

Houve lista de presença nos chats com nome / e-mail / telefone / cidade / secretaria / organização da sociedade civil. Já as contribuições dos participantes foram feitas em formulário próprio, disponibilizado na plataforma digital.

As memórias das oficinas regionais estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional de São José do Rio Preto, no **Produto 6 – Sistematização dos resultados das oficinas regionais** (<https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>).

2.2.4. Organização das oficinas regionais

As oficinas regionais (ORs) foram organizadas em quatro sub-regiões – Tanabi, Nova Granada, José Bonifácio e São José do Rio Preto – sendo as duas primeiras realizadas em uma só oficina (Tanabi e Nova Granada), conforme segue:

Região Metropolitana de São José do Rio Preto

https://pduirmsjrp.fipe.org.br/wp-content/uploads/P6-RMSJRP_SISTEMATIZACAO-DOS-RESULTADOS-DAS-OFICINAS-REGIONAIS_18102022.pdf

- **Sub-região de Tanabi e Nova Granada. Municípios (12):** Macaúbal, Monte Aprazível, Nipoã, Poloni, Tanabi, União Paulista, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina e Paulo de Faria.
- **Sub-região de José Bonifácio. Municípios (11):** Adolfo, Ibirá, Irapuã, José Bonifácio, Mendonça, Planalto, Potirendaba, Sales, Ubarana, Urupês e Zacarias.
- **Sub-região de São José do Rio Preto. Municípios (14):** Bady Bassitt, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Ipiruá, Jaci, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Aliança, Olímpia, São José do Rio Preto, Severínia e Uchoa.

2.2.5. Documentos produzidos nesta etapa do processo participativo:

- P2 – Mapeamento dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais
- P3 – Mapeamento da leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais
- P4 – Mapa preliminar do macrozoneamento
- P5 – Panorama regional
- P6 – Sistematização dos resultados das oficinas regionais
- P7 – Diagnóstico
- *Mailing list* da UR para subsidiar o processo participativo
- Memórias das três oficinas regionais
- Apresentações em PowerPoint por sub-região
- Convites para participação de órgãos setoriais do Governo do Estado nos GTs
- Documentos da comunicação social

2.2.6. Resultados alcançados

- Identificação, pela equipe da Fipe, de técnicos das respectivas prefeituras municipais para participar das ORs e de representações da sociedade civil com afinidade com os temas abordados pelo PDUI.
- Estruturação da plataforma digital para abrigar e dar transparência às atividades e aos documentos produzidos na construção do PDUI, bem como facilitar a comunicação entre os entes envolvidos nas atividades.
- Descrição dos documentos-chave produzidos, essenciais no processo de participação e de realização das oficinas regionais.
- Apresentação de quadro com a agenda preliminar das reuniões dos grupos de trabalho (GTs) com órgãos setoriais do Governo do Estado de São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA); Secretaria de Habitação (SH) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); Secretaria de Logística e Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem (DER); Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve SP, Secretaria de Turismo e Viagens (Setur) e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI-EDR Olímpia, CATI-EDR Catanduva, CATI-EDR SJRP, CATI-EDR Irapuã.

2.2.7. Calendário das oficinas regionais

Dia	Hora	Sub-região	Municípios	Links da ORs
06/10/2022	9h00	Tanabi	Macaubal	<p>FipeZoom-DIR@fipe.org.br - Diretoria is inviting you to a scheduled Zoom meeting.</p> <p>Topic: PDUI RM São José do Rio Preto - Oficina Regional: Sub-regiões de Nova Granada e Tanabi</p> <p>Time: 6/10, 2022 9h00 São Paulo</p> <p>https://us06web.zoom.us/j/82254516830?pwd=WktRTUU2UXFFSXBhb3JmTGNRUHBUDz09</p> <p>Meeting ID: 822 5451 6830</p> <p>Passcode: 123</p>
			Monte Aprazível	
			Nipoã	
			Poloni	
			União Paulista	
		Nova Granada	Icém	
			Onda verde	
			Orindiúva	
	Palestina			
	Paulo de Faria			
06/10/2022	14h00	José Bonifácio	Adolfo	<p>FipeZoom-DIR@fipe.org.br - Diretoria is inviting you to a scheduled Zoom meeting.</p> <p>Topic: PDUI RM São José do Rio Preto - Oficina Regional: Sub-região de José Bonifácio</p> <p>Time: 6/10, 2022 14h00 São Paulo</p> <p>https://us06web.zoom.us/j/87124948971?pwd=QkY0VlE0WjQ1TXVEZkVaV3BDbUlKQT09</p> <p>Meeting ID: 871 2494 8971</p> <p>Passcode: 1234</p>
			Ibirá	
			Irapuã	
			Mendonça	
			Planalto	
			Potirendaba	
			Ubarana	
			Urupês	
			Sales	
			Zacarias	
07/10/2022	9h00	São José do Rio Preto	Bady Bassitt	<p>FipeZoom-DIR@fipe.org.br - Diretoria is inviting you to a scheduled Zoom meeting.</p> <p>Topic: PDUI RM São José do Rio Preto - Oficina Regional: Sub-região de São José do Rio Preto</p> <p>Time: 7/10, 2022 9h00 São Paulo</p> <p>https://us06web.zoom.us/j/86599468075?pwd=ZUhwMmxaQUN3TzBhWS9kKzVLbUFiQT09</p> <p>Meeting ID: 865 9946 8075</p> <p>Passcode: 1234</p>
			Bálsamo	
			Cedral	
			Guapiaçu	
			Ipigúá	
			Jaci	
			Mirassol	
			Mirassolândia	
			Neves paulista	
			Nova Aliança	
			Olímpia	
			Severínia	
			Uchoa	

2.3. Grupos de trabalho temáticos – 1ª rodada de discussões

Nas oficinas regionais, realizadas em outubro de 2022, foi possível contar com a participação de quem vive o dia a dia do município. Nesta fase, conhecer os problemas e os potenciais de cada lugar, do ponto de vista do poder público municipal e da sociedade civil, serviu de insumo para as fases seguintes do processo de elaboração do PDUI, como as reuniões do Grupo de trabalho temáticos, as audiências públicas e as câmaras temáticas.

Os grupos de trabalho temáticos (GTs) são fóruns de discussão e análise das propostas e sugestões produzidas pela equipe técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), integrados por órgãos setoriais do governo estadual e organizados segundo temáticas específicas contempladas no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDUI-RMSJRP).

Os GTs foram organizados em cinco reuniões, que aconteceram no período de 08 a 22 de setembro de 2022, abordando temas importantes do PDUI, com o objetivo de definir conjuntamente, as diretrizes para o macrozoneamento e as funções públicas de interesse comum (FPICs). Em todas as reuniões, a equipe da Fipe apresentou o panorama regional, elaborado a partir de dados, informações e mapas enviados por alguns municípios e pelos próprios órgãos setoriais do Estado. Nesses fóruns de discussão também foram debatidas as propostas e as sugestões produzidas pela equipe técnica da Fipe.

Assim organizados, os GTs analisaram, juntamente com os coordenadores da UR, a proposta preliminar do macrozoneamento regional elaborada pela Fipe, bem como a leitura unificada da unidade regional estudada, buscando identificar e alinhar propostas para a formulação do PDUI. Essas discussões também objetivaram a formação de consensos quanto às diretrizes a serem estabelecidas e ações estratégicas de curto e médio prazos que poderão ser assumidas no âmbito da gestão estadual.

Os conteúdos/propostas abordados nos GTs, provenientes de públicos diversos, foram organizados por temas, conforme tratado no Diagnóstico (P7), e estruturados em eixos transversais, relativos ao escopo do respectivo PDUI. Os grupos de trabalho também sugeriram novas propostas, que foram incorporadas ao Caderno preliminar de propostas.

Principais temas abordados nas reuniões dos grupos de trabalho setoriais:

1. **O GT de Transporte e Sistema Viário Regional**, reunido em 08/09/2022 pela manhã, contou com a presença de representantes da Secretaria de Logística e Transporte (SLT) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de São José do Rio Preto, e tratou de assuntos como: logística de carga da região e níveis de serviço das rodovias; concessões de rodovias previstas e sobre a perspectiva de implementação do contorno ferroviário ao sul da RM, da ferrovia operada pela Rumo; investimento de 40 milhões em 30 anos no aeroporto, já concedido (Socicam); hidrovias do Rio Tietê ao sul, e a necessidade de eclusa no Rio Grande (ao norte); a conexão direta do município de São José do Rio Preto com 290 cidades do país e relação interestadual com 16 estados e; a pendularidade diária casa/trabalho de 11% da população ocupada da RMSJRP, segundo dados de 2010.
2. **O GT de Desenvolvimento Econômico**, tema da segunda reunião, na tarde de 08/09/2022, contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômi-

co (SDE), da Secretaria de Turismo e Viagens (STV) e da Desenvolve São Paulo para debater sobre o dinamismo econômico frente ao desenvolvimento urbano integrado, considerando a composição bem heterogênea de porte populacional dos municípios que integram a RM. Apenas oito municípios dos 37 têm mais de 20 mil habitantes; as atividades ligadas ao agronegócio, predominantes na região; os municípios de SJRP, Olímpia, Mirassol e Tanabi representam 75% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, com estrutura produtiva concentrada nas culturas de cana-de-açúcar e laranja. No caso de Olímpia, verifica-se forte presença de serviços derivados do turismo, tendo o município sido credenciado, recentemente, como distrito turístico com o selo do Governo do Estado de São Paulo, além da questão do turismo em Uchoa, Ibirá e Paulo de Faria, sob a perspectiva/potencial de investimento em praias de água doce; as dificuldades de mão de obra qualificada para atender o setor de serviços, quer do turismo, quer da saúde; a presença bastante significativa em SJRP do setor de saúde com incorporação de inovações tecnológicas; o programa de polos de desenvolvimento; fomento ao desenvolvimento do agronegócio; Arranjos Produtivos Locais (APLs); capacitação de mão de obra pelo Sebrae versus oferta e demanda de emprego; apoio da Desenvolve SP às prefeituras municipais.

3. **O GT de Planejamento Territorial (Macrozoneamento)**, realizado em 09/09/2022, contou com a participação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima), com representantes da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA); da Coordenadoria de Saneamento; da Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis e; da Coordenadoria de Mineração, cujos debates focaram, entre outros temas, em: infraestruturas de saneamento (água, esgoto e resíduos sólidos); energia, tendo em vista as alternativas sobre a geração distribuída de energia elétrica (considerando a capacidade do governo estadual de atuar na mudança da matriz energética usando fontes renováveis); a questão da sustentabilidade ambiental, com a discussão de uma macrozona de segurança hídrica e áreas de uso sustentável, incorporando as proposições do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). A pauta sobre a criticidade da segurança hídrica também entrou em discussão, cuja demanda do uso rural na UGRHI 15 é de 60%, e os problemas derivados de queimadas e emissões, que são relevantes e periódicos na região.
4. **Na segunda rodada do GT de Planejamento Territorial (Macrozoneamento)**, realizada em 12/09/2022, com a presença de representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), o foco foi a regularização fundiária em área rural para usos urbanos, os programas oferecidos pelo Itesp em áreas urbanas, dados, informações e mapeamentos, entre outros temas. Com a Secretaria da Habitação/CDHU, os principais assuntos discutidos foram os convênios e os núcleos cadastrados no Programa Cidade Legal voltados para regularização fundiária; a necessidade de informações atualizadas sobre assentamentos subnormais para se pensar uma diretriz de enfrentamento visando minimizar a vulnerabilidade territorial das populações desassistidas, principalmente diante dos últimos dados que demonstram o quanto a informalidade, a irregularidade e a precariedade estão presentes no processo da urbanização atual; mapeamento de assentamentos precários; demanda por habitação nas unidades regionais estudadas, dados, informações

e mapeamento; apresentação de uma visão mais geral sobre a metodologia utilizada para produzir os mapas até chegar no mapa preliminar, por meio do levantamento da legislação urbanística e ambiental incidente no território que cause algum impacto, proposta que será apresentada às prefeituras e à sociedade civil; envio a cada município para validação de pertinência e correção da leitura da legislação feita pela equipe Fipe, para posterior devolução com possíveis ajustes a serem feitos. Tanto as propostas dos grupos setoriais, como os ajustes sugeridos pelos municípios, são incorporados na versão final do macrozoneamento, consolidada após as audiências públicas.

5. A reunião do GT de Desenvolvimento Econômico (Agricultura), realizada em 22/09/2022, contou com a presença da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e representantes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) de São José do Rio Preto, Olímpia, Catanduva e Irapuã. Os principais temas debatidos foram: agronegócio; realocação da produção agrícola (mudanças de culturas) e pecuária (área de pastagem); cobertura vegetal nativa; preço da terra rural; irrigação versus segurança hídrica e programa de microbacias.

Os debates ocorridos nas reuniões dos grupos de trabalho temáticos foram fundamentais para a equipe técnica entender os processos de desenvolvimento econômico em sua dimensão regional. As análises foram feitas a partir de recortes horizontais, transversais e verticais, com vistas a uma ação conjunta interativa entre os diversos instrumentos de políticas públicas. A intensa troca de informações mostrou a necessidade de se conhecer melhor a realidade local, com suas vocações e potencialidades, e o que o governo estadual pode fazer no âmbito do planejamento regional. Desse modo, as várias secretarias, os órgãos públicos e representantes da sociedade civil que participaram do processo participativo de construção do PDUI tiveram um papel muito importante na formação de consensos.

No processo de elaboração dos planos, foi criado um banco de dados secundários pesquisados nas esferas municipal, estadual e federal. Em todos os debates do processo participativo, foram analisados os mapeamentos georreferenciados, os sistemas de informação e a base de dados utilizados pela equipe da Fipe. Posteriormente, esse conteúdo foi enriquecido com outros disponibilizados pelos municípios e órgãos setoriais participantes dos GTs, o que permitiu a elaboração de insumos técnicos cartográficos e estatísticos para fundamentação das discussões e para subsidiar a produção de mapas-sínteses.

Vale ressaltar que, em todas as fases do projeto, o levantamento e a coleta de contatos de prefeitos, secretarias, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos, além de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil, tiveram continuidade, visando à atualização constante do *mailing list* para o envio de convites e troca de informações.

2.3.1. Documento produzido nesta etapa do processo participativo

A sistematização dos resultados de cada GT é apresentada a partir do registro das memórias das reuniões realizadas, que estão incorporadas no **Produto 8 – Sistematização dos resultados dos grupos de trabalho**, disponível na respectiva plataforma digital.

2.3.2. Calendário dos grupos de trabalho temáticos

Data	Tema	Setores participantes
08/09/2022 (manhã)	Transporte e sistema viário regional	Secretaria de Logística e Transporte (SLT) Departamento de Estradas de Rodagem – Regional SJRP
08/09/2022 (tarde)	Desenvolvimento econômico	Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) Secretaria de Turismo e Viagens (STV) Desenvolve SP
09/09/2022	Planejamento territorial (macrozoneamento)	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/ Coordenadoria de Planejamento Ambiental (Sima/ CPLA) Subsecretaria de Infraestrutura/Coordenadoria de Saneamento Subsecretaria de Infraestrutura/Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis Subsecretaria de Infraestrutura/Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração
12/09/2022	Planejamento territorial (macrozoneamento)	Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) Secretaria de Habitação - Programa Cidade Legal
22/09/2022	Desenvolvimento Econômico (agricultura)	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) de São José do Rio Preto, Olímpia, Catanduva e Irapuã

2.3.3. Grupos de trabalho temáticos – Presenças na 1ª rodada de debates

Tema	Órgãos estaduais	Qt. Órgãos Est.	Qt. Fipe/ SDR	Total (Órgãos Est.+Fipe/ SDR)
Transporte e sistema viário regional	DER – Regional SJRP	2	12	14
	Secretaria de Logística e Transportes			
Desenvolvimento econômico	Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)	5	9	14
	Secretaria de Turismo e Viagens (STV)			
	Desenvolve São Paulo			
Planejamento territorial (macrozoneamento)	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/ Coordenadoria de Planejamento Ambiental (Sima/CPLA)	14	11	25
	Subsecretaria de Infraestrutura/Coordenadoria de Saneamento			
	Subsecretaria de Infraestrutura/Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis			
	Subsecretaria de Infraestrutura/Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração			
Planejamento territorial (macrozoneamento)	Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH)	5	10	15
	Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)			
	Secretaria de Habitação - Programa Cidade Legal			
	Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH)			
Desenvolvimento econômico (agricultura)	Secretaria de Agricultura e Abastecimento/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) de São José do Rio Preto, Olímpia, Catanduva e Irapuã	5	9	14
Total GTs (1ª rodada)				82

2.4. Audiências públicas

O passo seguinte foi a organização das audiências públicas, que ocorreram em novembro de 2022, em formato híbrido (presencial e on-line), sendo as audiências virtuais transmitidas pelo canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Além das equipes da SDR e da Fipe, as audiências também mobilizaram as prefeituras, as câmaras municipais, o Parlamento Regional, o Ministério Público e entidades representativas da sociedade civil dos 37 municípios integrantes da unidade regional. O apoio das prefeituras municipais foi fundamental para o êxito das audiências presenciais, que demandaram espaços locais e estrutura de transmissão dos eventos.

Foram realizadas três audiências públicas, envolvendo os municípios das sub-regiões da Região Metropolitana de São José do Rio Preto: sub-região de Nova Granada (Macaubal, Monte Aprazível, Nipoã, Poloni, Tanabi, União Paulista, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina e Paulo de Faria), sub-região de José Bonifácio (Adolfo, Ibirá, Irapuã, José Bonifácio, Mendonça, Planalto, Potirendaba, Ubarana, Urupês, Sales e Zacarias), sub-região de São José do Rio Preto (Bady Bassitt, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Ipiruá, Jaci, Mirassol, Mirassolândia, Neves paulista, Nova Aliança, Olímpia, São José do Rio Preto, Severínia e Uchoal).

A realização de audiências públicas é, sem dúvida, a etapa primordial do processo participativo previsto legalmente na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). São necessárias várias rodadas de discussões técnicas, via consultas públicas com diferentes atores e segmentos, até que seja consolidado um diálogo com a sociedade e níveis governamentais para que se possa formar consensos políticos em torno dos objetivos, diretrizes e propostas do PDUI de determinada unidade regional.

Para dar suporte aos debates, foi desenvolvido o Caderno preliminar de propostas para a região, contendo os resultados dos primeiros estudos realizados e das contribuições advindas das oficinas regionais e das reuniões dos grupos de trabalho. Basicamente, o documento traz uma proposta preliminar de macrozoneamento regional, que dá as diretrizes de ordenamento territorial, oferecendo as bases para a articulação entre os municípios, e as funções públicas de interesse comum (FPICs).

Em outubro de 2022, mês anterior ao início das audiências públicas, foi disponibilizado nas plataformas digitais o Caderno de Insumos para estimular o debate, para dar conhecimento, colher subsídios, fazer correções e referendar as proposições contidas no Caderno Preliminar de Propostas. Assim, os participantes das audiências públicas puderam se preparar para os debates e fazer novas proposições.

No âmbito do projeto, os instrumentos do processo participativo (plataforma digital, oficinas regionais, grupos de trabalho temáticos e audiências públicas) foram importantes para o levantamento de dados, definição de problemas e busca de soluções, além de estimular e ampliar a participação da sociedade civil e dos poderes públicos, com acompanhamento das atividades pelo Ministério Público.

Um *mailing list* abrangente foi sendo estruturado, incluindo representantes da sociedade civil, gestores públicos, comunidade técnica, entidades e instituições diversas, visando ao envio de convites para a série de audiências públicas. Também foi desenvolvida estratégia de comunicação específica, voltada para os veículos de comunicação locais, que envolveu a Secretaria de Desen-

volvimento Regional, a Fipe, a Associação Paulista de Municípios (APM) e a União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), bem como as agências regionais.

Desde o início, o projeto buscou o diálogo para aprimorar o diagnóstico, a visão e a percepção das principais questões regionais – bem como possíveis incorporações de conteúdo, aprofundamento de análises e complementações de informações. As audiências públicas organizadas por sub-região da unidade regional em estudo, e seguiram o seguinte roteiro:

- Abertura da sala virtual (15 min antes do início da reunião).
- Composição da mesa presencial e on-line (5 min).
- Vídeo de boas-vindas do Coordenador Geral do Projeto Fipe-SDR.
- Saudação de autoridades municipais e de representante do Governo do Estado (1h10min).
- Exposições sobre o estudo técnico do PDUl (15 min).
- Apresentação do contexto regional (15 min).
- Apresentação das propostas de macrozoneamento e de FPICs (40 min).
- Debates (30 min).
- Encerramento (5 min).

2.4.1. Calendário das audiências públicas

Data	Dia da semana	Sub-região	Horário	Municípios convidados
3/11	quinta-feira	São José do Rio Preto	10h	Bady Bassitt, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Ipiranga, Jaci, Mirassol, Mirassolândia, Neves paulista, Nova Aliança, Olímpia, São José do Rio Preto, Severínia e Uchoa
3/11	quinta-feira	José Bonifácio	15h	Adolfo, Ibirá, Irapuã, José Bonifácio, Mendonça, Planalto, Potirendaba, Ubarana, Urupês, Sales e Zacarias
4/11	sexta-feira	Nova Granada	10h	Macaubal, Monte Aprazível, Nipoã, Poloni, Tanabi, União Paulista, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina e Paulo de Faria

2.4.2. Resultados da participação nas audiências públicas presenciais e virtuais

Região Metropolitana de São José do Rio Preto (por sub-região)

Balanco de presenças na AP de São José do Rio Preto - 3/11/2022 (manhã)

Presencial		Virtual (YouTube)		Subtotal		Total
PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	Presencial + Virtual
54	8	29	10	83	18	101

Balanco de presenças na AP de José Bonifácio - 3/01/2022 (tarde)

Presencial		Virtual (YouTube)		Subtotal		Total
PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	Presencial + Virtual
52	6	10	7	62	13	75

Balanco de presenças na AP de Nova Granada - 4/11/2022

Presencial		Virtual (YouTube)		Subtotal		Total
PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	PP/Soc. Civil	SDR/Fipe	Presencial + Virtual
47	6	3	10	50	16	66

2.4.3. Documentos produzidos nesta etapa do processo participativo

- P9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas
- P10 – Caderno Preliminar de Propostas
- P11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas
- P12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições

As memórias das três audiências públicas realizadas estão disponíveis na plataforma digital da unidade regional, no **Produto 11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas**, bem como os demais documentos produzidos pela equipe da Fipe.

2.5. Câmaras temáticas

Em continuidade às atividades do processo participativo, após as audiências públicas foram disponibilizadas as análises técnicas das propostas recebidas via plataforma digital da unidade regional em estudo.

Para tanto, foram produzidos dois documentos técnicos: **Produto 9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas** e **Produto 12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições**. Ambos explicam a metodologia utilizada e os critérios adotados para análise técnica das propostas apresentadas – e como as contribuições foram incorporadas às propostas estruturadas que irão compor o PDUI.

Com base nesses documentos sugere-se a realização de reunião da CT do PDUI, liderada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, que deverá encaminhar ofício às prefeituras municipais para que os prefeitos indiquem seus representantes nas temáticas próprias do plano, ou seja: planejamento territorial e uso do solo; habitação; meio ambiente; saneamento ambiental; transporte e sistema viário; desenvolvimento econômico e atendimento social.

Devem ser definidas estratégias de divulgação e mobilização junto aos canais de comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, para garantir o acesso da população regional às reuniões, que podem ser realizadas de forma virtual em plataformas específicas, como *Zoom, Google Meet ou Teams*.

As reuniões devem contar com a presença de representantes das prefeituras municipais, a partir de nomes indicados pelos prefeitos, e da sociedade civil, a partir do *mailing list* atualizado, considerando a participação desses segmentos nas audiências públicas, bem como das equipes técnicas da SDR envolvidas no desenvolvimento do projeto PDUI.

Visando à organização das CTs, devem ser realizadas reuniões de alinhamento da pauta a ser tratada nessas reuniões, envolvendo a equipe técnica que desenvolveu o trabalho (Fipe) e o gestor do contrato pela SDR, para explicitar o conteúdo a ser apresentado. Também devem ser definidos o calendário (datas, formato e link das reuniões) e a estratégia de divulgação da reunião.

Para a estruturação das reuniões sugere-se a seguinte dinâmica:

- Abertura da sala virtual (15 min antes do início da reunião);
- Apresentação do objetivo da reunião pelo gestor do contrato da SDR (5 min);
- Exposições sobre as etapas do processo participativo do PDUI (15 min);
- Apresentação da metodologia e dos resultados da análise das propostas encaminhadas (20 min);

- Esclarecimentos (30 min);
- Encerramento (5 min).

Para os itens 3 e 4, acima descritos, foram produzidas apresentações em formato *PowerPoint*, que estão disponibilizadas na plataforma digital do PDUI da unidade regional.

Para realização dessas atividades prevê-se, na fase inicial, a montagem da lista de endereços, a criação e o envio de convites, seguida da produção de releases para a plataforma digital, a fim de garantir a transparência dos eventos e o acesso dos cidadãos aos principais documentos produzidos. As atividades devem ser desenvolvidas conjuntamente entre as equipes de comunicação da Fipe e da SDR, para que a divulgação ocorra com a antecedência necessária ao conhecimento público dos documentos produzidos (**P9 e P12**).

2.5.1. Documentos produzidos nesta etapa do processo participativo

- P11 – Sistematização dos resultados das audiências públicas
- P12 – Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições: planilha traçando o caminho percorrido pela contribuição, desde sua recepção na audiência pública até seu aproveitamento, ou não, com as respectivas justificativas técnicas. Este relatório segue como anexo do **P13 – Caderno final de propostas**, concluído em dezembro de 2022.

2.6. Resultados alcançados

P6 – Sistematização dos resultados das oficinas regionais

AT-1 – Realização das oficinas regionais.

AT-2 – Apresentação dos resultados das oficinas para a equipe da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, com destaque para possíveis incorporações de conteúdo, aprofundamento de análises e complementações.

AT-3 – Revisão do panorama regional. Atividade concluída.

P8 – Sistematização dos resultados dos grupos de trabalho

AT-1 – Tratamento das propostas recebidas, segundo sua pertinência no Plano. Devem estar circunscritas às FPICs, serem abordadas e terem escala de abrangência metropolitana.

AT-2 – Organização das atividades dos GTs para discussão, análise e sistematização das propostas, segundo as temáticas tratadas no Plano.

P9 – Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas

Planilha traçando o caminho percorrido pela proposta, desde sua recepção na plataforma digital até seu aproveitamento, ou não, mediante justificativas técnicas. O relatório deverá ser anexado ao **P10 – Caderno preliminar de propostas**.

P11 – Sistematização dos resultados das audiências públicas

AT-1 – Realização das audiências públicas municipais.

AT-2 – Tratamento das contribuições segundo sua pertinência no Plano e sua aderência

às propostas estruturadas e aos capítulos já existentes e desenvolvidos no **Produto 10 – Caderno preliminar de propostas**.

AT-3 – Consulta aos órgãos setoriais envolvidos para avaliação da consistência das contribuições.

AT-4 – Formação de GTs para mediação de conflitos ou divergências pontuais que necessitem dessa atividade. A ser avaliada após finalização das apresentações de retorno do aproveitamento das contribuições.

P12 – Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições

Planilha traçando o caminho percorrido pela contribuição, desde sua recepção na audiência pública até seu aproveitamento, ou não, com justificativas técnicas. Este relatório deverá ser anexado ao **P13 – Caderno final de propostas**, a ser entregue em dezembro de 2022.

2.7. Documentos produzidos durante o processo participativo

Todos os documentos que serviram de base para os debates de cada etapa da construção do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto estão disponíveis na respectiva plataforma digital.

- P1 – Plano de Trabalho
- P2 – Mapeamento do Macrozoneamento e Zoneamento Municipais
- P3 – Mapa da Leitura Unificada dos Zoneamentos e Macrozoneamentos Municipais
- P4 – Mapa Preliminar de Macrozoneamento
- P5 – Panorama Regional
- P6 – Sistematização das Oficinas Regionais
- P7 – Diagnóstico
- P8 – Sistematização dos Resultados dos Grupos de Trabalho
- P9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas
- P10 – Caderno Preliminar de Propostas
- P11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas
- P12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições
- P13 – Caderno Final de Propostas
- P14 – Mapa Final do Macrozoneamento
- P15 – Caderno de Sustentação ao Projeto de Lei: Método e Processo Participativo

A etapa final do processo de construção do PDUI deverá ocorrer em agenda a ser programada pela SDR no ano de 2023, com a apresentação do **Caderno Final de Propostas** ao Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR). Logo após os membros do CDR tomarem conhecimento do documento, a equipe da SDR apresentará a minuta de projeto de lei com seus anexos sobre o macrozoneamento e suas diretrizes e as propostas estruturadas das FPICs. Prevê-se, que no início do ano de 2023, o Governo do Estado possa encaminhar o anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa para apreciação e aprovação da Lei do PDUI.

ANEXOS

Anexo 1. Participação do Ministério Público no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, segundo o Estatuto da Metrópole

A Lei nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole, com as alterações da Lei nº 13.683/2018, estabelece, no § 2º, incisos I, II e III, do art. 12, que, no processo de elaboração do PDUI, promovam-se audiências públicas, dê-se publicidade aos documentos e informações produzidos e ocorra a participação do Ministério Público.

O Ministério Público, por meio das suas Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo (PJHURB) acompanhou todo o processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Jundiaí e Piracicaba e da Aglomeração Urbana de Franca, em respeito ao Estatuto da Metrópole.

Em sua estrutura, o Ministério Público do Estado de São Paulo, chefiado pelo Procurador Geral de Justiça, atua em diversas áreas, entre elas, a defesa da habitação e do urbanismo, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo (PJHURB).

A PJHURB, coordenada por um promotor de justiça, tem por atribuições os direitos relacionados à moradia, habitação, ordem urbanística, em observância da legislação pertinente à ocupação do solo urbano.

A fim de assegurar a participação do MP, em especial para os casos de unidades regionais em que os respectivos PDUIs serão iniciados, considerou-se:

1. Deliberação em Reunião Ordinária dos Conselhos de Desenvolvimento, para que se dê conhecimento ao representante do Ministério Público sobre o início dos trabalhos e apresentação de estruturas e principais procedimentos, como oficinas regionais e audiências públicas.
2. Ofício, firmado pelo presidente do Conselho de Desenvolvimento e pelo Secretário de Desenvolvimento Regional, dirigido ao Procurador Geral de Justiça e ao Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, comunicando a respeito da Deliberação e solicitando reunião, a fim de possibilitar aproximação e garantir transparência nas relações, nos termos do Estatuto da Metrópole.
3. Considerando a quantidade de representantes do Ministério Público, distribuídos nas diversas circunscrições judiciárias, propor indicação de um ou mais Promotores Públicos, de preferência ligados às áreas que sejam afinadas às do PDUI.

Saliente-se que esse procedimento não obsta questionamentos por parte de outros promotores, tendo em vista a independência funcional entre esses membros do órgão.

Das oficinas regionais e audiências públicas

As oficinas regionais são instrumentos de trabalho idealizados e voltados à definição de panoramas regionais. Não são obrigatórias, mas instrumentais ao processo de elaboração dos PDUIs.

As audiências públicas são exigência legal e, para a Administração Pública, constitui-se instrumento de conscientização comunitária e funciona legitimando a participação da sociedade civil nos temas de interesse público.

O Estatuto da Metrópole estabelece:

Art. 12. O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

(...)

§ 2º No processo de elaboração do plano previsto no caput deste artigo e na fiscalização de sua aplicação, serão assegurados:

- i. a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os municípios integrantes da unidade territorial urbana;
- ii. a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
- iii. o acompanhamento pelo Ministério Público.

§ 3º As audiências públicas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo serão precedidas de ampla divulgação em todos os municípios integrantes da unidade territorial urbana. (Incluído pela Lei nº 13.683, de 2018)

§ 4º A realização de audiências públicas ocorrerá segundo os critérios estabelecidos pela instância colegiada deliberativa a que se refere o art. 8º desta Lei, respeitadas as disposições desta Lei e das leis complementares.

A fim de acatar o quanto a legislação determina, convém:

1. Elaborar de regulamento para realização de audiências públicas;
2. Deliberar em Reunião Ordinária dos Conselhos de Desenvolvimento que aprova os critérios estabelecidos no regulamento para realização das audiências públicas, entre outros eventualmente propostos durante a sessão;
3. Observar prazo mínimo razoável de antecedência da data de realização da audiência pública, com sua ampla divulgação por diversos meios, contando inclusive com a participação ativa dos representantes municipais nos conselhos de desenvolvimento para tal divulgação;
4. Estabelecer audiências presenciais e remotas (modelo híbrido), de maneira que o alcance seja amplo e que se observem os cuidados necessários à contenção da Covid.

Embora as oficinas regionais não sejam obrigatórias legalmente, a fim de que se garanta a finalidade a que se propõem e ocorra participação da sociedade civil, convém observar requisitos semelhantes aos das audiências públicas.

Anexo 2. Correspondência do Secretário de Desenvolvimento Regional para os prefeitos

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário

Ofício

Interessado: Secretaria de Desenvolvimento Regional

Assunto: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Prefeito (a)

A Secretária Estadual de Desenvolvimento Regional está iniciando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe será a responsável pelos trabalhos e, para isso, solicitamos a gentileza de Vossa Excelência em indicar **01 (um) servidor da prefeitura** com trânsito livre entre as Secretarias municipais de sua prefeitura, que tenha conhecimento das ações e os produtos da atual gestão. O servidor indicado será o responsável pela interlocução com a Fipe para fornecer dados e informações relativos ao município. As indicações deverão ser encaminhadas para o e-mail: pdui@sdr.sp.gov.br.

Informamos que um técnico da Fipe, autorizado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional fará contato com o interlocutor indicado por Vossa Excelência para dar andamento aos trabalhos.

Agradeço antecipadamente a colaboração,

São Paulo, 22 de setembro de 2022.

Rubens Emil Cury

Secretário Estadual de Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário

Anexo 3. Correspondência do Coordenador Geral do Projeto Fipe/SDR para os secretários municipais

Exmo. (a) Sr. (a) Secretário (a)

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) tem o prazer de informar a V.Ex^a que, atendendo à demanda da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR), está executando o projeto “Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional”, cujo objeto de estudo e análise é a região metropolitana de São José do Rio Preto, situada no Estado de São Paulo.

O objetivo deste projeto é apoiar a elaboração, para o referido território, do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), que deverá definir diretrizes, projetos e ações que privilegiem a dimensão físico-territorial e que sejam capazes de induzir e/ou estruturar as condições adequadas ao desenvolvimento metropolitano sustentável, garantindo a competitividade econômica, reduzindo as desigualdades espaciais e melhorando as condições de vida da população.

Em setembro de 2022, em data a ser brevemente agendada, serão realizadas as Oficinas Regionais, para as quais convidamos V.Ex.^a e solicitamos que indique dois técnicos dessa Secretaria para participarem efetivamente do projeto.

Nessas Oficinas Regionais será apresentada a versão preliminar da leitura unificada do território, visando à construção do Macrozoneamento da Unidade Regional e do Panorama Regional. A partir desses documentos, e em conjunto com as prefeituras municipais, será produzido um Diagnóstico das condições socioeconômicas e ambientais da região, com as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) especificadas.

Para tanto, pedimos a colaboração dessa Secretaria em demandas que requerem dados próprios gerados pela administração municipal, em especial os mapas urbanísticos em formatos editáveis.

Consideramos como de fundamental importância a participação das prefeituras municipais – na qualidade de parceiras da Fipe – nesse processo de elaboração do PDUI.

Contamos com a Vossa colaboração, agradecemos e colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Andrea Sandro Calabi
Coordenador Geral do Projeto

Anexo 4. Correspondência do Secretário de Desenvolvimento Regional para os prefeitos – Audiências Públicas

Excelentíssimo (a) Prefeito (a)

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), convida a comunidade em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI) DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, conforme segue:

Audiência Pública - Sub-Região de...

Data:

Horário:

Local:

Municípios participantes (...)

Nesse sentido, fica Vossa Excelência convidado (a), oportunidade em que, solicitamos dignese a estender o convite aos munícipes da cidade de atuação de Vossa Excelência.

A audiência pública será realizada de forma híbrida, presencial e em ambiente virtual, com acesso pelo link: (...)

Durante a audiência, haverá exposição do tema, encaminhamento de perguntas e de contribuições ao plano por meio de manifestações orais e escritas dos participantes, conforme Regulamento de Audiência Pública Híbrida constante da plataforma do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, que permanecerá aberta até o dia 11/11/2022 no endereço: <https://pduirmsjrp.fipec.org.br/>

Certos de poder contar com a colaboração de Vossa Excelência, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rubens Emil Cury

Secretário de Desenvolvimento Regional

Anexo 5. Correspondência do Secretário de Desenvolvimento Regional para o Ministério Público – Audiências públicas

À Sua Excelência o Senhor
Mário Luiz Sarrubbo
Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Pgj-sp@mpsp.mp.br

Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça,

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), convida a comunidade em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI) DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, conforme segue:

Audiência pública da sub-região de:

Data:

Hora:

Local:

Municípios participantes:

Nesse sentido, fica Vossa Excelência convidado, oportunidade em que solicitamos digno-se a estender o convite aos munícipes da cidade de atuação de Vossa Excelência.

A audiência pública será realizada de forma híbrida, presencial e em ambiente virtual, com acesso pelo link: (...)

Durante a audiência, haverá exposição do tema, encaminhamento de perguntas e de contribuições ao plano, por meio de manifestações orais e escritas dos participantes, conforme o Regulamento de Audiência Pública Híbrida, constante da plataforma do PDUI da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, que permanecerá aberta até 11/11/2022, no endereço: <https://rmsjrp.fipe.org.br/>.

Certos de poder contar com a colaboração de Vossa Excelência, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rubens Emil Cury

Secretário de Desenvolvimento Regional

Anexo 6. Correspondência do Coordenador Geral do Projeto Fipe/SDR para o poder público e sociedade civil – Audiências públicas

Exmo.(a) Sr.(a) Prefeito (a), Secretário (a), Vereador (a)

Prezado Sr. (a)

Dando continuidade ao processo participativo para construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDUI-RMSJRP), convidamos os representantes do poder público e da sociedade civil desta região para as audiências públicas, que acontecem nos próximos dias 3 e 4 de novembro, em formatos presencial e virtual, em São José do Rio Preto, José Bonifácio e Nova Granada.

Realizadas as oficinas regionais (nos dias 6 e 7 de outubro), que deram início ao diálogo entre os entes envolvidos em torno do panorama regional, agora chegou a vez de analisarmos o diagnóstico regional, documento que reúne os conteúdos debatidos durante as oficinas, em nova rodada de discussão.

As audiências públicas são uma oportunidade para os cidadãos debaterem propostas sobre o ordenamento territorial da região e sobre as funções públicas de interesse comum aos municípios que a compõem. Para se inteirar dos conteúdos a serem discutidos, os participantes poderão baixar, na plataforma digital do PDUI (<https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>) o Caderno de Insumos para estimular o debate.

A plataforma digital está aberta desde 20/10, quinta-feira, para o recebimento de propostas do poder público e da sociedade civil.

Desde já contamos com sua colaboração e confirmação de presença nas audiências públicas, momento crucial do processo participativo, em que todos poderão apresentar suas propostas para o PDUI da RMSJRP, ajudando a construir um futuro sustentável para a região e seus moradores.

S. J. do Rio Preto

3/11, 10h

Local: Parque Tecnológico

Endereço: Av. Abelardo Menezes, 1001, São José do Rio Preto/SP

Link para a audiência: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZccGwTdll>

José Bonifácio

3/11, 15h

Local: Câmara Municipal de José Bonifácio

Endereço: Av. Romeu Maia Souto, 20, José Bonifácio/SP

Link para a audiência: <https://www.youtube.com/watch?v=ggHtVqKZ6R8>

Nova Granada

4/11, 10h

Local: Câmara Municipal de Nova Granada

Endereço: Av. Adolfo Rodrigues, 1067, Nova Granada/SP

Link para a audiência: <https://www.youtube.com/watch?v=jTBbv5d4VXQ>

Atenciosamente,

Andrea Sandro Calabi

Coordenador Geral do Projeto

Fipe

EQUIPE TÉCNICA

Prof. Dr. Andrea Sandro Calabi (economista). Coordenador do Estudo Fipe-SDR.

Profa. Dra. Marta Dora Grostein (arquiteta urbanista). Vice-coordenadora e pesquisadora com foco nas análises urbanísticas e socioterritoriais.

Rovena Maria Carvalho Negreiros (advogada e gestora pública). Coordenadora executiva do estudo e pesquisadora com foco em gestão metropolitana e desenvolvimento regional e urbano.

Marcos Campagnone (gestor público). Coordenador executivo do estudo com foco na articulação institucional.

Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer (arquiteta urbanista). Consultora em análises urbanísticas e físico-territoriais.

Prof. Dr. Francisco Vidal Luna (economista). Consultor em aspectos econômicos e de gestão pública.

Marlon Rubio Longo (arquiteto urbanista). Pesquisador sênior em análises urbanísticas físico-territoriais e socioeconômicas, coordenador da UR.

Roberta Fontan Pereira Galvão (arquiteta, ciência ambiental e geoprocessamento). Pesquisadora sênior em análises urbanísticas e físico-territoriais. Produção de mapas temáticos (georreferenciamento) e montagem do banco de dados do estudo.

Bruno Oliva (economista). Pesquisador sênior em análises socioeconômicas e montagem do banco de dados do estudo.

Oziel Carneiro (ciência da computação e engenheiro elétrico) estruturação do banco de dados.

Maria Lúcia Figueiredo Bueno de Camargo (economista). Pesquisadora sênior em análises socioeconômicas e administrativas.

Mauricio Hoffman (economista). Apoio e realização de audiências públicas e representações governamentais.

Ana Lucia Carvalho (advogada). Especialista em redação jurídico-normativa e de documentos regulatórios de gestão pública, minuta de projetos de lei.

Margareth Cunha Lemos (jornalista). Coordenadora. Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Célia Moreno (jornalista). Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Andre Cury (gestor em tecnologia). Especialista em programação, marketing digital e visual designer, responsável pela montagem e alimentação das plataformas digitais.

Rafael Giorgi Costa (arquiteto urbanista e geógrafo). Análises em planejamento urbano e regional, gestão ambiental e desenvolvimento urbano sustentável.

Herlan Alcântara (geógrafo). Especialista em geoprocessamento e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Fabiana Coelho (bióloga). Especialista em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Felipe Dutra Dias (engenheiro ambiental e urbano). Especialista em planejamento e gestão do território e análise em desenvolvimento urbano e regional.

Geni A. Toffoli (bibliotecária). Pesquisa, documentação e informação.

Guen Yokoyama (editor gráfico). Editoração dos relatórios e documentos de divulgação.

Rosângela Monteiro (secretária).

Carolina Abdalla Braga (bolsista de economia).

Sarah Rolindo (bolsista de arquitetura e urbanismo).